



**CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS**  
**Ata da 64ª reunião, realizada em 25 de setembro de 2020**

1 Em 25 de setembro de 2020, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades  
2 Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio  
3 de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e  
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes conselheiros  
5 titulares e suplentes: o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão, representante  
6 da SEMAD. Representantes do poder público: Verônica Ildelfonso Cunha  
7 Coutinho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Maria Eugênia Monteiro,  
8 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Jeane Araújo  
9 Jorge Magnane, da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social  
10 (Sedese); Paulo Eugênio de Oliveira, da Companhia de Desenvolvimento  
11 Econômico de Minas Gerais (Codemig); Enio Marcus Brandão Fonseca, do  
12 Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
13 (Ibama); Luiz Henrique Passos Rezende, da Agência Nacional de Mineração  
14 (ANM). Representantes da sociedade civil: Denise Bernardes Couto, do Sindicato  
15 da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra); Thiago Rodrigues  
16 Cavalcanti, da Federação das Indústrias do Estado de Minas (Fiemg); José  
17 Angelo Paganini, da Fundação Relictos de Apoio ao Parque Estadual do Rio  
18 Doce; Julio Cesar Dutra Grillo, da Associação para Proteção Ambiental do Vale  
19 do Mutuca (ProMutuca); Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima, da Sociedade  
20 Mineira de Engenheiros (SME); Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de  
21 Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes-MG). **Assuntos em pauta. 1)**  
22 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional  
23 Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão declarou  
24 aberta a 64ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias e registrou a seguinte  
25 manifestação: “Eu queria deixar registrados os nossos agradecimentos. Nesta  
26 semana, foi publicada a saída do nosso agora ex-secretário Dr. Germano, que  
27 muito contribuiu para o meio ambiente. Eu estou no meio ambiente desde  
28 setembro de 2006. Obviamente, qualquer trabalho que é desenvolvido é uma  
29 continuidade, mas nós não podemos negar a competência e o que o Germano fez  
30 em prol do meio ambiente. Então ficam o nosso registro e o agradecimento aos  
31 trabalhos desempenhados pelo Germano diante da nossa Secretaria.” **3)**  
32 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro  
33 Julio Cesar Dutra Grillo: “Inicialmente, gostaria de cumprimentar a todos os  
34 participantes da reunião e a todas as pessoas que estão assistindo. Minha fala  
35 deve demorar uns 15 minutos. Gostaria de solicitar ao presidente desta seção o  
36 tempo complementar de 5 a 10 minutos. Gostaria também de parabenizar a  
37 SEMAD e todos os seus servidores atuais e passados pelos 25 anos desta

38 instituição. Vou adaptar neste momento partes da minha fala na reunião plenária  
39 do COPAM que comemorou os 25 anos da SEMAD, adequando-a à nova  
40 secretária de Meio Ambiente de Minas Gerais, Marília Melo, de quem temos uma  
41 expectativa muito positiva. O ex-secretário, Germano, pouco antes de sua saída,  
42 ilustrou com sensibilidade e clareza a necessidade de evoluirmos nosso sistema  
43 de gestão ambiental usando um trecho da poesia ‘Há um tempo’, de Fernando  
44 Pessoa: ‘Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas... Que já  
45 têm a forma do nosso corpo... E esquecer os nossos caminhos que nos levam  
46 sempre aos mesmos lugares... É o tempo da travessia... E se não ousarmos fazê-  
47 la... Teremos ficado... para sempre... À margem de nós mesmos...’ A poesia foi  
48 bem escolhida. O Germano tem razão. Acho que neste momento não podemos  
49 olhar apenas para o passado, para o que já foi realizado, temos também que olhar  
50 para nosso presente e para o nosso futuro. É imperativo repensarmos o nosso  
51 futuro e contarmos com a sensibilidade e os conhecimentos técnicos indubitáveis  
52 da secretária Marília para estas mudanças, necessárias e urgentes. Os sistemas  
53 de defesa do meio ambiente no planeta e na nossa região não estão funcionando  
54 bem, precisam de correções profundas e urgentes. Em nível global, para resumir,  
55 há uma grave crise climática, e não sabemos se e como vamos sair ou conviver  
56 com ela. Os sistemas globais atuais de defesa do meio ambiente ainda não nos  
57 propiciaram soluções – vide a irresponsabilidade inimputável do governo federal  
58 com o desmantelamento das nossas instituições e com as queimadas na  
59 Amazônia e no Pantanal. Em nível local, há uma grave crise hídrica na Região  
60 Metropolitana de Belo Horizonte e em outros lugares do Estado. Para mudar esta  
61 realidade, contamos com a especialização da atual secretária Marília, que tem  
62 doutorado em segurança hídrica para abastecimento urbano. Temos também um  
63 histórico de rompimentos de barragens que ainda não deve ter terminado. O não  
64 descomissionamento de todas as barragens de rejeitos representa muitas  
65 bombas armadas para as gerações futuras. O problema das barragens deixadas  
66 ao léu, sem descomissionar, é que elas podem romper daqui a 5, 10, 50, 200  
67 anos. Nosso processo de licenciamento ambiental está deixando estas bombas  
68 armadas para a economia pública, para a sociedade e para o meio ambiente.  
69 Nossos córregos estão em estado lastimável, quase todos assoreados pelas  
70 minerações e empreendimentos imobiliários realizados com desprezo por  
71 precaução, prevenção e sustentabilidade. Os impactos sobre nossas águas  
72 subterrâneas são desconhecidos e poderão nos trazer problemas imensos em  
73 futuro próximo. Nossos corredores ecológicos estão acabando, e a Fiemg e a CMI  
74 (Câmara do Mercado Imobiliário), vergonhosamente, já se pronunciaram em  
75 conselhos pela inexistência dos corredores ecológicos – confiando, naturalmente,  
76 que com a sua maioria de votos nos conselhos impedirá a legalização daqueles  
77 corredores que, de fato, já existem na natureza, que estamos apenas  
78 reconhecendo. O IEF vem trabalhando desde 1998 sobre esse assunto e tem  
79 todos os estudos necessários para a implantação de alguns dos mais importantes  
80 corredores do nosso Estado, mas a Fiemg, as mineradoras e a CMI, de alguma

81 forma, não permitem que se implantem os corredores ecológicos necessários  
82 para mantermos vivas as nossas unidades de conservação. Os corredores  
83 ecológicos da Região Metropolitana de Belo Horizonte devem acabar em poucos  
84 anos. Pela pressão das mineradoras, provavelmente, perderemos também as  
85 poucas unidades de conservação existentes no quadrilátero ferrífero / aquífero.  
86 Vide Parque Estadual da Serra do Rola Moça e a autorização para a MGB minerar  
87 dentro de sua área de amortecimento, fazendo fronteira com o parque. Vide o  
88 MONA da Serra da Moeda e a pressão para retalhar suas fronteiras para  
89 beneficiar a Gerdau. Vide a autorização para a continuidade da mineração na  
90 serra da Piedade e as espertezas ilegais de algumas mineradoras na serra do  
91 Curral. Nossa sociedade está perdendo seus bens materiais e imateriais para o  
92 descuido com o meio ambiente. A situação de povoados como os de Brumadinho,  
93 Mariana, Macacos, André do Mato Dentro e outros deixa esta triste realidade  
94 escancarada. O patrimônio paisagístico natural e as nossas poucas águas termais  
95 – como em Catas Altas –, que poderiam propiciar renda futura com o turismo,  
96 estão sendo destruídos pela mineração. Nossos rios têm sido destruídos para a  
97 retirada de areia, que já deveria estar sendo substituída pela areia proveniente  
98 dos rejeitos de mineração. Temos que mudar a nossa matriz energética com mais  
99 velocidade. Nada justifica fazer novas hidroelétricas se podemos usar os espelhos  
100 d'água das represas existentes para colocar painéis fotovoltaicos flutuantes –  
101 solução certamente mais barata, menos prejudicial à economia pública e com  
102 menos impactos sociais e ambientais. Um exemplo claro: a Usina Hidroelétrica de  
103 Formoso irá gerar 306 MW e provocar perdas para a economia pública, para a  
104 sociedade e para o meio ambiente. Se usarmos aproximadamente 300 hectares  
105 de placas fotovoltaicas, geraremos a mesma quantidade de energia, de forma  
106 certamente mais barata e com menos impactos para a sociedade e o meio  
107 ambiente. Essas placas podem ser flutuantes e ocupar parte do espelho d'água  
108 de, por exemplo, Três Marias. O lago daquela hidroelétrica tem 1.040 km<sup>2</sup>. Para  
109 gerar a energia de Formoso, necessitaríamos de 3 a 4 km<sup>2</sup> do seu espelho d'água  
110 – menos de 0,5% da sua área –, com um bom espaçamento, de forma a manter  
111 iluminadas suas águas mais profundas. As usinas que estão sendo implantadas  
112 no rio Aiuruoca são lamentáveis. Poderíamos estar usando parte de outros  
113 espelhos d'água, como o de Furnas, com 1.440 km<sup>2</sup>, para gerar aquela energia  
114 sem deixar os impactos que essas usinas irão provocar. Além do mais, quando  
115 se gera a energia do espelho d'água de uma hidroelétrica atualmente existente,  
116 não tem que construir linhas de transmissão, elas já estão ali. Quer dizer, é outro  
117 custo que não existiria. Nós temos que analisar as relações de causa e efeito do  
118 trágico estado de degradação ambiental na nossa região frente ao processo de  
119 licenciamento ambiental das minerações e dos grandes empreendimentos  
120 imobiliários. Todo esse quadro evidencia que a legislação ambiental em Minas  
121 Gerais não tem nos propiciado defesa ambiental, segurança hídrica e nem um  
122 desenvolvimento sustentável. A manutenção das leis e dos processos de  
123 licenciamento atuais, certamente, nos levará a mais perdas de vidas, rios, matas,

124 do patrimônio paisagístico natural e na economia pública. Esse não é um  
125 problema exclusivo da gestão passada. Ao longo destes 25 anos, as leis  
126 ambientais não evoluíram na velocidade necessária para se adaptar aos novos  
127 tempos e às novas demandas, e em alguns momentos nossas leis regrediram  
128 claramente. Precisamos ter mais cuidado com as consequências futuras do que  
129 estamos aprovando. Temos que estudar com mais critério a sustentabilidade dos  
130 nossos empreendimentos e sermos mais firmes com os princípios da precaução  
131 e da prevenção. A atual gestão ambiental em Minas Gerais, os servidores do  
132 Sisema e os profissionais do direito ambiental mineiros deveriam refletir  
133 profundamente sobre quais poderiam ser as suas contribuições para estancar o  
134 desastre que estamos assistindo. Os licenciamentos e as fiscalizações no Estado  
135 de Minas Gerais não evitaram o rompimento das barragens de Fundão, em  
136 Mariana, nem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, e há dezenas de barragens  
137 com alto risco de rompimento, que são consequência direta da fragilidade do  
138 nosso sistema de licenciamento. Após esses crimes, quase nada foi feito para  
139 alterar o processo de licenciamento. Pelo contrário, todas as condições para que  
140 o licenciamento ambiental continue submetido às vontades das mineradoras e da  
141 Fiemg foram mantidas. Por exemplo: o único avanço que tivemos, desde o  
142 rompimento de Brumadinho até este momento, foi a Lei 23.291/2019, resultante  
143 do Projeto Mar de Lama Nunca Mais e da participação intensa do Ministério  
144 Público de Minas Gerais, das ONGs de defesa do meio ambiente, do Ibama e do  
145 deputado João Vitor. Entretanto, essa lei vem sendo tecnicamente flexibilizada,  
146 como no caso do alteamento da barragem da Anglo American em Conceição do  
147 Mato Dentro, deferido pela Câmara de Atividades Minerárias (CMI), no final de  
148 2019, em descon sideração aos seguintes artigos da 23.291: ‘Art. 2º. Na  
149 implementação da política instituída por esta lei, serão observados os seguintes  
150 princípios: I – prevalência da norma mais protetiva ao meio ambiente e às  
151 comunidades potencialmente afetadas pelos empreendimentos’; Art. 12º. Fica  
152 vedada a concessão de licença ambiental para construção, instalação, ampliação  
153 ou alteamento de barragem em cujos estudos de cenários de rupturas seja  
154 identificada comunidade na zona de autossalvamento’. É importante notar que  
155 essa flexibilização administrativa da lei contraria também princípios básicos da  
156 sustentabilidade. Para a economia pública, o melhor seria que os rejeitos fossem  
157 disponibilizados a seco. Se assim realizado, haveria investimento em uma nova  
158 instalação industrial que aumentaria o recolhimento de impostos e diminuiria os  
159 riscos de perdas para a economia pública – perdas, eventualmente, ocasionadas  
160 pelo alto potencial de dano daquela barragem. Para a sociedade local, a  
161 disposição a seco geraria novas oportunidades de trabalho e diminuiria o imenso  
162 risco de se viver a jusante daquela barragem. E para o meio ambiente o risco de  
163 um novo grande desastre seria minimizado. Esse licenciamento foi lamentável e  
164 ficará como um triste exemplo da submissão do governo do Estado de Minas  
165 Gerais aos interesses irresponsáveis e insustentáveis das mineradoras. Cara  
166 Marília, o fato é que o conceito ‘sustentabilidade’ é ainda quase inexistente nos

167 licenciamentos ambientais. A lei que criou a SEMAD – Secretaria de Estado de  
168 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável –, em meados da década de 1990,  
169 mesmo em sua última versão, a coloca como responsável pela sustentabilidade  
170 dos empreendimentos a serem licenciados. Porém, o fator sustentabilidade não é  
171 observado nos processos de licenciamento ambiental, nem para  
172 empreendimentos com alto potencial de dano, e mesmo sendo elemento  
173 fundamental e estrutural da SEMAD. Ao meu ver, o processo de licenciamento  
174 ambiental deveria passar por uma triagem criteriosa na porta de entrada da  
175 SEMAD. Processos com potencial de dano à economia pública, à sociedade ou  
176 ao meio ambiente deveriam passar por uma análise de sustentabilidade  
177 anteriormente ou em paralelo, na medida do possível, com o licenciamento  
178 ambiental. Tal análise deveria ser feita por três grupos diferentes. Um grupo de  
179 economistas analisaria a sustentabilidade, do ponto de vista da economia pública,  
180 através de um fluxo de caixa com horizonte de 50 anos, que nos possibilitaria  
181 analisar a sustentabilidade do empreendimento, no curto (5 anos), médio (20  
182 anos) e longo prazo (50 anos). Nesse fluxo de caixa seriam consideradas: 1 - As  
183 receitas com impostos e as desonerações; 2 - Os investimentos e as  
184 depreciações; 3 - Os custos operacionais públicos decorrentes daquela atividade;  
185 4 - A valoração do potencial de danos sociais, ambientais e à economia pública e  
186 os custos das compensações e reparações; 5 - Com os valores acima colocados  
187 em uma planilha conheceríamos o saldo semestral e o saldo acumulado para a  
188 economia pública ao longo de 50 anos. Não fazer essa análise pode possibilitar a  
189 transferência de recursos da economia pública para organizações privadas no  
190 médio e longo prazo. Por exemplo: daqui a 50 ou 100 anos, quem estará cuidando  
191 das barragens que não forem descaracterizadas? Quem arcará com os prejuízos  
192 de desastres potenciais? Um segundo grupo, composto por sociólogos e outros  
193 profissionais da área social, estudaria a sustentabilidade do empreendimento do  
194 ponto de vista da sociedade. Incluiria eventuais perdas ou ganhos em bens  
195 materiais (casas, veículos e outros) e em bens imateriais (culturais, locacionais,  
196 afetivos e outros) no curto, médio e longo prazo repassando essas informações  
197 para o primeiro grupo, que colocaria valores nessas perdas e ganhos potenciais.  
198 Um terceiro grupo, composto por especialistas em meio ambiente e engenheiros  
199 hidrogeologistas, verificaria a sustentabilidade ambiental do empreendimento no  
200 curto, médio e longo prazo. Focaria a atenção nos impactos potenciais sobre a  
201 segurança hídrica, a preservação da fauna, da flora, dos corredores ecológicos e  
202 de outras unidades de proteção, conservação e preservação, repassando essas  
203 informações para o primeiro grupo, que colocaria valores nessas perdas e ganhos  
204 potenciais. No caso das mineradoras que obtiverem parecer favorável quanto a  
205 sustentabilidade do empreendimento proposto, a SEMAD contrataria, entre um  
206 grupo de empresas previamente homologadas, a confecção do EIA/Rima (Estudo  
207 de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental). As empresas seriam  
208 remuneradas pela mineradora solicitante do licenciamento. Da forma que é feito  
209 atualmente, as mineradoras contratam o EIA/Rima ou a fiscalização de

210 consultorias escolhidas por elas próprias, o que macula e desacredita a  
211 imparcialidade dos laudos. Os desastres com rompimentos de barragens têm  
212 evidenciado que faltou ética nas relações entre as mineradoras e o mercado de  
213 consultoria, como visto em Brumadinho nas relações entre a Vale e a TÜV SÜD.  
214 Mas será que a falta de ética ocorreu apenas naquele caso? Repetindo: será que  
215 a falta de ética ocorreu apenas naquele caso? Somente com as consultorias?  
216 Muito provavelmente, não. O Estado de Minas Gerais não pode continuar a  
217 acreditar nos EIA/Rimas produzidos pelas mineradoras e não pode continuar a  
218 acreditar nas autofiscalizações, pois os impactos potenciais e seus prejuízos são  
219 muito altos. É muito importante que seja a SEMAD a contratar a empresa que  
220 elabora o EIA/Rima. Atualmente, a SEMAD analisa os processos de licenciamento  
221 ambiental se limitando aos documentos apresentados pelas mineradoras e  
222 confiando na veracidade das informações. Se uma consultoria for ‘convencida’ a  
223 eliminar ou adulterar alguns itens críticos de seu EIA/Rima ou das suas  
224 fiscalizações, essas mudanças não serão identificadas pela SEMAD e nem  
225 tampouco serão analisadas. O crime de Córrego do Feijão é um exemplo  
226 irrefutável: a Vale omitiu o risco de rompimento imediato em que a barragem se  
227 encontrava, o que permitiu um parecer por parte da SEMAD que passava bem  
228 longe da realidade. Da mesma forma, inúmeras outras barragens naquele instante  
229 estavam com o seu risco de rompimento omitido. Nós fomos ver isso num prazo  
230 de dois meses após o rompimento de Brumadinho, quando apareceu um monte  
231 de barragem que estão para romper. Isso deixa claro que a contratação de uma  
232 consultoria para elaboração do EIA/Rima ou da fiscalização não poderia ficar a  
233 cargo das mineradoras. Mais uma vez cabe ressaltar que as empresas solicitantes  
234 deveriam arcar com os custos do EIA-Rima, mas que, entretanto, a escolha da  
235 consultoria para elaborá-lo, e também a interlocução, caberia à SEMAD,  
236 obedecendo a normas e procedimentos previamente estabelecidos. Além disso,  
237 no caso de empreendimentos com alto potencial de dano, a consultoria  
238 responsável pelo EIA/Rima deveria apresentar uma primeira análise de  
239 sustentabilidade econômica, sociocultural e ambiental, para o curto, médio e longo  
240 prazo. Outro problema grave é o fracionamento dos empreendimentos em  
241 pequenas partes, aparentemente isoladas, mas na realidade interconectadas.  
242 Isso impede uma análise integrada dos impactos cumulativos e sinérgicos do que  
243 está sendo proposto à economia pública, à sociedade diretamente afetada e ao  
244 meio ambiente. Vide o caso da CSN, fragmentando seus licenciamentos em  
245 dezenas de partes ao mesmo tempo em que anuncia um IPO de R\$ 1,1 bilhão  
246 para triplicar a exploração em Congonhas (de 33 para 108 milhões de toneladas  
247 por ano). Congonhas é a cidade dos profetas, das mais importantes cidades  
248 históricas e turísticas do nosso Estado. Cidade que enfrenta o receio de ficar sem  
249 água durante e após o encerramento das atividades minerárias; que tem um  
250 volume de poeira no ar inaceitável e que vê os processos de licenciamento  
251 fragmentados em pequenas partes, impossibilitando um entendimento macro da  
252 real situação do município. Ora, qualquer investidor em potencial irá querer ver o

253 planejamento daquela atividade, de forma integrada. Por qual motivo a CSN tem  
254 um planejamento para o IPO e não o apresenta para licenciamento? Claramente  
255 porque é mais fácil licenciar em pequenos pedaços, onde não se consegue  
256 imaginar os impactos cumulativos e sinérgicos. Creio que a secretária Marília  
257 sabe bem que não podemos dar continuidade a esses empreendimentos de alto  
258 impacto de forma fracionada. Temos que conhecer a realidade dos impactos de  
259 todos os licenciamentos e outorgas da bacia, nas suas águas superficiais e  
260 profundas, de forma integrada. Após a elaboração do Parecer Único de um  
261 licenciamento ambiental pela SEMAD, o processo é enviado à Câmara de  
262 Atividades Minerárias (CMI) do COPAM, cabendo ao colegiado da CMI deliberar  
263 pelo deferimento ou indeferimento do processo. Há fortes evidências de que a  
264 mineração tem maioria assegurada nas deliberações deste Conselho, vide atas  
265 da CMI dos últimos anos: quase sempre 10 a 2 ou 9 a 3 votos a favor do  
266 deferimento dos empreendimentos minerários. Importante dizer que as ONGs  
267 contrataram estudantes de estatística e hoje têm todos esses dados tabulados. O  
268 fato é que os Processos Administrativos (PA) – que chegam para a deliberação  
269 da CMI, acompanhados do respectivo Parecer Único (PU) – já têm suas  
270 aprovações praticamente garantidas. Metade dos votos do Conselho são do  
271 governo, que se faz representar por diversas Secretarias, que chegam sempre  
272 com o voto já definido pelo deferimento do que for sugerido pela SEMAD. Nenhum  
273 argumento ou documentação que as ONGs de defesa do meio ambiente  
274 apresentem, por mais sólidos e consistentes que sejam, alteram tais votos. Se  
275 50% dos votos pertencem ao poder público e estão sempre a favor do Parecer  
276 Único a ser analisado, a outra metade deveria estar com representantes da  
277 sociedade civil. Porém, no que consideramos uma grave distorção das ideias  
278 iniciais dos conselhos de meio ambiente, três dos votos restantes estão nas mãos  
279 de representantes e defensores das mineradoras que, normalmente, assinam em  
280 conjunto os pareceres de vista dos representantes do poder econômico. Com  
281 isso, o Parecer Único já tem garantidos 75% dos votos do Conselho, isso no caso  
282 de ser a favor. O desenrolar das reuniões e das votações dá a sensação de ser  
283 uma encenação, porque os mais calorosos e profundos debates técnicos não  
284 alteram o curso dos votos previamente definidos. Os representantes da sociedade  
285 civil podem apresentar seus argumentos e os documentos que geram ao pedir  
286 vista dos processos, mas o fato é que falam para as paredes. Os conselheiros,  
287 majoritariamente, não consideram os problemas apresentados pelos  
288 representantes das ONGs de defesa do meio ambiente ou mesmo das  
289 universidades, nem tampouco observam os princípios da precaução e prevenção.  
290 Os argumentos e os pareceres de vista ficam registrados nas atas da CMI  
291 tornando-se parte do Processo Administrativo, servindo tão somente como  
292 registros históricos, absolutamente sem efeito prático. E isso tem se repetido,  
293 reunião após reunião, há anos. O que pode ser facilmente constatado pelo exame  
294 da documentação dos PAs e das atas das reuniões. Vejamos alguns argumentos  
295 e problemas potenciais apresentados pelos conselheiros que representam as

296 ONGs na CMI, e que os conselheiros que representam o governo têm se negado  
297 a conhecer, a estudar, a considerar: – Barragens de rejeitos podem romper, o  
298 potencial de dano é imenso e não termina em 10 ou 30 anos, podendo se estender  
299 por séculos, enquanto não forem descomissionadas; – Uma pilha de rejeitos,  
300 dependendo da altura, do subsolo e da forma como estiver sendo projetada ou  
301 operada, pode apresentar recalques diferenciais e colocar vidas e meio ambiente  
302 em risco. O Conselho deveria estar seguro de que as pilhas serão projetadas e  
303 operadas para situações de recalques diferenciais; – Em processos que incluam  
304 rebaixamentos de lençol freático é necessário ter um modelo hidrológico integrado  
305 das águas superficiais e profundas para que possam ser entendidos os impactos  
306 cumulativos e sinérgicos daquele rebaixamento e dos anteriormente licenciados  
307 ou outorgados sobre o meio ambiente e a sociedade local, no curto, médio e longo  
308 prazo; – Não podemos continuar a aprovar a destruição de cursos d'água para a  
309 retirada de areia a ser consumida no quadrilátero ferrífero / aquífero, pois a areia  
310 para esse consumo pode vir dos rejeitos da mineração. É uma forma de conservar  
311 melhor nossos rios e diminuir a pressão dos rejeitos sobre nossos recursos  
312 naturais; – A mineração não pode continuar a usar o sistema viário público para  
313 o transporte de minérios ou rejeitos, sendo sua obrigação apontar as alternativas  
314 para esse transporte. O uso constante e compartilhado do sistema viário público,  
315 além de significar transferência de recursos públicos para empresários, provoca  
316 acidentes, desastres e poluição. Neste momento, o governo de Minas Gerais, com  
317 o BDMG e a SEMAD envolvidos, está desenvolvendo um trabalho conjunto com  
318 o governo da Alemanha, através da FGV Europa. É muito importante que os  
319 consultores alemães estejam a par de como funcionam nossos conselhos, já que  
320 na Alemanha o poder econômico tem voz, mas não tem voto em seus conselhos  
321 de meio ambiente. Gostaríamos de saber o que os alemães acham de conselhos  
322 onde o poder econômico tem sempre a maioria dos votos. Claro que, com a  
323 formação atual deste Conselho, que é deliberativo, é impossível para os  
324 representantes da sociedade protegerem o meio ambiente, suas vidas e  
325 patrimônio material e imaterial, de ações insustentáveis e que não levam em  
326 consideração os princípios da prevenção e da precaução. É claro, para todos que  
327 analisem a atual situação, que a composição do conselho da CMI, que é  
328 deliberativo, não protege o meio ambiente nem a sociedade. Neste momento, é  
329 importante ressaltar que a condução das reuniões da Câmara de Atividades  
330 Minerárias do COPAM, geralmente, ocorre com serenidade e respeito. Todos os  
331 conselheiros têm a oportunidade de se manifestar, bem como as pessoas que  
332 estão no plenário, e a secretaria que atende o conselho é sempre solícita. As  
333 participações dos servidores da SEMAD nas reuniões são competentes e  
334 harmoniosas. Os Pareceres Únicos emitidos pela SEMAD são, via de regra, bem  
335 feitos, mas claramente insuficientes para nos garantir um mínimo de  
336 sustentabilidade, prevenção e precaução – já que os servidores, com as leis,  
337 decretos, normas e procedimentos atuais, não analisam as informações omitidas  
338 ou falseadas. Como consequência das fragmentações dos processos, os



339 servidores da SEMAD não têm como analisar os impactos cumulativos e  
340 sinérgicos e nem questões como segurança hídrica. Talvez, um dos melhores  
341 exemplos das perdas ambientais que tivemos nos últimos 25 anos seja a APA-  
342 SUL. Para proteger as cabeceiras dos mananciais que abastecem a RMBH, em  
343 1992, foi criada a APA-SUL – Área de Proteção Ambiental ao Sul da Região  
344 Metropolitana de Belo Horizonte. Após sua legalização em 1994, com prazo de 6  
345 meses para apresentar o Zoneamento Ecológico Econômico, foi criado o  
346 Conselho da APA-SUL, onde representei por anos as ONGs de defesa do meio  
347 ambiente. O Estado não fez o Zoneamento Ecológico Econômico que deveria, e,  
348 no Conselho, ao longo de 26 anos, não foi gerada nenhuma regra de uso e  
349 ocupação do solo para aquela região. As sugestões de regras que a própria  
350 sociedade civil apresentou foram totalmente desconsideradas ou simplesmente  
351 desapareceram na Gerência da APA-SUL. No Conselho, a junção de  
352 representantes do governo com os representantes da Câmara do Mercado  
353 Imobiliário e do Ibram (Instituto Brasileiro da Mineração) bloqueou todas as  
354 iniciativas de se regulamentar o uso do solo da APA-SUL, realidade que  
355 permanece. E as ONGs serviram, ao longo desse tempo, apenas para legitimar o  
356 processo – aparentemente democrático e teoricamente com participação da  
357 sociedade civil. Um processo cuja decisão emana do governo, sempre  
358 interessado no aspecto econômico imediato do empreendimento através do  
359 recolhimento de impostos e dos empregos gerados, e sem nunca realizar uma  
360 análise de sustentabilidade, sem pensar no futuro. E das mineradoras,  
361 exclusivamente interessadas no lucro dos acionistas, que em grande parte nem  
362 vivem no Brasil, objetivando a redução ao extremo da carga tributária, chegando  
363 à sonegação, como já denunciado pelo TCU, além de práticas de elisão fiscal  
364 extremamente questionáveis. O resultado – entre outros – é que, apesar da  
365 RMBH ser considerada uma imensa caixa d'água, estamos entrando em uma  
366 crise hídrica cujo fim não conhecemos. Corremos o sério risco de ficarmos sem  
367 água por meses ou anos no caso de uma das inúmeras barragens a montante de  
368 Bela Fama (captação da Copasa no rio das Velhas) se romper. É imprescindível  
369 lembrar que, no momento presente, há diversas barragens com risco iminente de  
370 ruptura, o que, sem dúvida, é também consequência direta da falta de poder da  
371 sociedade nos conselhos. A legislação ambiental do Estado de Minas Gerais, da  
372 forma como se apresenta hoje, não possibilita à sociedade civil atuar a favor da  
373 preservação ambiental, da sustentabilidade e na prevenção de desastres. Nossas  
374 leis, decretos, normas e procedimentos precisam passar por profunda evolução,  
375 e isso deve ser rápido – estamos atingindo o limite em muitas frentes. As  
376 consequências estão claramente no nosso entorno: nas crateras que enfeiam  
377 nossa paisagem; nas barragens rompidas e no receio de novos rompimentos, que  
378 retiram a possibilidade de florescimento de outras atividades econômicas  
379 sustentáveis; nos rios perdidos; na situação desesperadora em que se encontram  
380 muitas comunidades como as de Bento Rodrigues, André do Mato Dentro,  
381 Macacos e outras; na morte dos nossos córregos e nascentes; nos rebaixamentos

382 de lençol freático e suas consequências sociais e ambientais; nas perdas de  
383 corredores ecológicos, matas e vidas; nas perdas para a economia pública. A  
384 composição dos conselhos deve ser profundamente alterada, necessitamos de  
385 uma paridade real entre representantes do governo e da sociedade civil sem fins  
386 lucrativos. Uma pergunta, será que em pleno século XXI, com uma crise climática  
387 que está se aprofundando rapidamente e com a crise hídrica que já está aí,  
388 devemos manter nos conselhos de meio ambiente pessoas e entidades que  
389 demonstram desprezo pela questão ambiental, pelo desenvolvimento sustentável  
390 e pelos princípios de precaução e prevenção? A sociedade precisa e aguarda  
391 uma ação firme dos legisladores, dos servidores do Sisema e dos profissionais do  
392 direito para proteger vidas e evitar a catástrofe ambiental que se avizinha. O  
393 Estado de Minas Gerais tem a oportunidade de transformar este triste retrato da  
394 nossa situação ambiental. Já vimos o comprometimento da SEMAD com a exitosa  
395 redução nos prazos de licenciamento. Gostaríamos de ver essa mesma  
396 determinação e dedicação na evolução dos nossos processos de licenciamento e  
397 na proteção de nossos corredores ecológicos e bacias hidrográficas. Marília, te  
398 desejo muito boa sorte, as mudanças são urgentes, e o caminho não é fácil. Mas  
399 aproveite que você tem uma boa equipe de servidores, uma boa estrutura  
400 organizacional e uma sociedade cada vez mais consciente da necessidade de  
401 preservarmos melhor nosso meio ambiente para o presente e para o futuro. Por  
402 fim, gostaria de solicitar uma posição sobre a criação do Grupo de Trabalho que  
403 irá organizar as reuniões extraordinárias da CMI voltadas a discussão de políticas  
404 ambientais. Eu acho que era importante deixar registrado nos 25 anos da SEMAD  
405 esse retrato que nós estamos assistindo.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini  
406 Nunes de Lima: “Primeiro, o seguinte. Parabenizar, em nome da Sociedade  
407 Mineira de Engenheiros e os seus associados, a SEMAD pela efetivação como  
408 secretária de Estado da engenheira Marília Melo, nossa associada da SME, pela  
409 sua competência, liderança, dedicação e espírito público em prol dos recursos  
410 hídricos durante a sua gestão no IGAM, que certamente foram pressupostos para  
411 a sua escolha pelo nosso governador Romeu Zema. O segundo ponto é uma nota  
412 a respeito da última reunião da Fundação Biodiversitas, a 43ª, na qual eu tive a  
413 honra do convite para participar do Conselho Curador da Fundação Biodiversitas  
414 para Conservação da Diversidade ocupando a vaga do nosso querido e imortal  
415 professor Ângelo Machado. Estou agora, juntamente com grandes colegas,  
416 defensores do meio ambiente, como Paulo Haddad, como Roberto Elísio, como  
417 Roberto Messias Franco, como Luís Márcio e outros grandes amigos que temos  
418 lá. Para mim, é uma honra e foi uma honra muito grande ter sido escolhido para  
419 essa função. Terceiro ponto, somente para contextualizar a fala do nosso colega  
420 Julio Grillo, que enseja uma série de reflexões e respostas, que vamos prepará-  
421 las com tempo, talvez até como elemento indutor para a consolidação desse  
422 nosso Grupo de Trabalho. Mas por outro lado, Julio, eu quero deixar aqui muito  
423 claro que nós da SME representamos uma sociedade de grandes engenheiros,  
424 de elementos técnicos defensores do desenvolvimento sustentável e em defesa

425 de uma mineração que promova esse desenvolvimento. Afinal, somos um Estado  
426 que nasceu da mineração, nossos monumentos, como Ouro Preto, Mariana,  
427 Congonhas, Diamantina, foram implementados em função da mineração. A  
428 mineração deve ser reconhecida como uma das mais importantes atividades do  
429 Estado de Minas Gerais, defendida pelo governo, defendida pela sociedade de  
430 uma forma geral. E para isso nós não podemos perder o nosso DNA, o nosso  
431 DNA de mineradores, o nosso DNA de defensores da terra e defensores do  
432 aproveitamento dos minerais que nos trazem recursos, divisas, equilíbrio,  
433 inclusive, para a nossa sociedade. De um lado, nós temos que reconhecer os  
434 problemas, mas de outro lado nós temos que reconhecer que temos que defender  
435 essa mineração de uma forma sustentável, conforme você falou mesmo. Ou seja,  
436 nós somos Minas Gerais, nós somos mineração.” Conselheiro Thiago Rodrigues  
437 Cavalcanti: “Senhor presidente, eu não vou tratar de todos os assuntos que foram  
438 tratados na reunião de hoje porque se não vou ficar 30 minutos aqui falando e  
439 atrapalhar demais a reunião, e os senhores também não merecem ficar me  
440 ouvindo durante 30 minutos, durante esta reunião toda. Eu queria somente,  
441 inicialmente, presidente, mencionar que na semana passada teve reunião do  
442 Plenário do COPAM, e eu falei dentro dessa reunião sobre várias ações de  
443 sustentabilidade feitas pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.  
444 Eu não vou repeti-las aqui para não tomar o tempo dos senhores. Quem tiver  
445 interesse e quiser ouvir, está gravado, no YouTube, no âmbito da reunião do  
446 Plenário do COPAM da semana passada. Mas eu vou citar dois assuntos aqui  
447 que a Fiemg tem trabalhado muito, porque tem relação com esta Câmara. Os  
448 outros assuntos podem até ter alguma relação, mas não seria o caso de repeti-  
449 los aqui. Um é o programa de fiscalização ambiental preventiva na indústria, um  
450 trabalho feito em conjunto com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Se a  
451 função do Estado, que a meu ver é trazer sustentabilidade para os  
452 empreendimentos e trazer regularização ambiental para esses empreendimentos,  
453 a fiscalização ambiental preventiva na indústria cumpre esse papel de forma muito  
454 competente. Basta ver que em todos os casos em que houve esse programa, em  
455 todos os anos em que houve esse programa, diminuiu-se o número de autuações  
456 e aumentou-se o número de empreendimentos regularizados ambientalmente.  
457 Então, sendo essa função do Estado regularizar empreendimentos, trazer a  
458 regularidade ambiental do empreendimento e não autuá-lo, esse é um programa  
459 que realmente cumpre com o conceito de sustentabilidade. E o segundo ponto  
460 que tem muita relação com esta Câmara é o apoio integral da Federação das  
461 Indústrias ao Projeto de Lei nº 550, que trouxe a Política Nacional de Segurança  
462 de Barragens. A meu ver, são dois pontos que tem relação com aqui e que eu  
463 queria citar. O restante eu não vou citar. Quem quiser, pode ouvir na reunião do  
464 Plenário do COPAM da semana passada. Um outro ponto que eu queria tratar, eu  
465 já passei por esse ponto em outras reuniões, mas como elas não estão no site  
466 como essa do Plenário do COPAM, eu quero mencionar aqui novamente. É a  
467 respeito dos tais corredores ecológicos. O senhor presidente é advogado, assim

468 como eu, e um advogado que eu respeito muito. E tenho grande admiração pelo  
469 seu conhecimento. O senhor certamente vai saber o que eu vou dizer aqui.  
470 Existem dois princípios da administração pública, previstos no Artigo 37 da nossa  
471 Constituição da República, que são o princípio da legalidade e o princípio da  
472 publicidade, que nada mais são do que, primeiro, para qualquer restrição, para  
473 qualquer obrigação a ser trazida para o administrado, tem que ter sido feita por  
474 lei; e o segundo é que qualquer uma dessas obrigações, qualquer uma dessas  
475 restrições tem que estar publicada. O Estado de Minas Gerais faz um trabalho  
476 muito bom nesse sentido para mostrar onde existem restrições para instalação de  
477 empreendimentos, que é a fantástica IDE Sisema. É sensacional isso porque o  
478 empreendedor consegue saber, antes de pensar seu empreendimento, aonde ele  
479 tem condição de instalar esse empreendimento ou não. E dentro dessa IDE  
480 Sisema – aí podemos citar a Deliberação Normativa nº 217/2017 – está o corredor  
481 ecológico Sossego Caratinga, que é o único corredor ecológico formalmente  
482 instituído no Estado de Minas Gerais. Então a Fiemg nunca foi contra ou falou de  
483 forma contrária ao corredor ecológico Sossego Caratinga. Porque ele foi  
484 formalmente constituído, porque ele está colocado na IDE Sisema e então é um  
485 corredor ecológico que existe no mundo jurídico. Agora supostos corredores  
486 ecológicos que não possuem estudos, que não possuem limite e que não estão  
487 estabelecidos ou formalmente instituídos, certamente, a Fiemg não concorda. No  
488 dia em que forem formalmente instituídos por um ato do poder público – como um  
489 decreto ou uma própria lei –, aí, sim, esses corredores ecológicos vão poder trazer  
490 alguma restrição para um determinado empreendimento. Então a Fiemg não é  
491 contra corredor ecológico, nunca foi contra corredor ecológico. A Fiemg é contra  
492 estabelecer restrições em áreas que não estão formalmente instituídas como  
493 corredor ecológico ou em áreas que não estejam criadas formalmente como uma  
494 área de restrição para empreendimentos. Então eram somente esses dois pontos  
495 que eu queria trazer, presidente. Do restante eu não vou tratar aqui para não  
496 cansar os senhores.” Conselheiro Enio Marcus Brandão Fonseca: “O objetivo da  
497 minha fala é apenas registrar, em nome do Ibama, em nome dos servidores do  
498 Ibama, é o reconhecimento e o agradecimento ao trabalho do secretário  
499 Germano. Registrar a parceria altamente produtiva e de alto nível desenvolvida  
500 pelas instituições que eu represento e aquelas vinculadas à Secretaria. E desejar  
501 sucesso à nova secretária, Marília, e dizer que a nossa instituição continuará  
502 sendo parceira e que esperamos continuar ajudando o Estado de Minas Gerais e  
503 ajudando, pela atuação nacional, o nosso país na gestão vinculada a esse tema.  
504 Mas eu não poderia deixar de fazer apenas uma colocação na linha de que eu  
505 pessoalmente, como um profissional que atua 37 anos nas questões ambientais  
506 em diferentes instituições, acredito no modelo do COPAM. Eu acredito no modelo  
507 do colegiado, eu acredito na estruturação do COPAM, acredito nas competências  
508 inerentes a cada uma das Câmaras. Entendo que elas vêm exercendo, de um  
509 modo satisfatório, as suas obrigações. Há sempre possibilidade de melhoria, e  
510 isso tem sido uma busca continua tanto do Estado gestor do COPAM quanto dos

511 conselheiros, que estão à procura sempre de que se melhore a governança. Então  
512 eu acredito e acho que é o modelo referência para o Brasil inteiro essa estrutura  
513 do COPAM, que culmina com a sustentação aos 25 anos de trabalho executado  
514 pela Secretaria, que é o braço executivo da questão ambiental no Estado de  
515 Minas Gerais.” Conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho: “Eu tomo como  
516 extremamente ofensiva a fala do conselheiro Julio, eu não estou aqui  
517 simplesmente para preencher um lugar, muito menos eu venho com votos  
518 predefinidos. Minha atuação como servidora pública não se limita a minha atuação  
519 como conselheira do COPAM, sendo meu tempo e as minhas outras demandas  
520 de interesse público muito preciosos para que eu devote todo esse tempo de  
521 análise dos pareceres e participação em uma reunião como esta inocuamente. Eu  
522 acho desrespeitosa a fala, inclusive, com ele mesmo, que dedica todo um tempo  
523 em elaboração de um parecer técnico, o qual eu sempre analiso com muito  
524 cuidado. Inclusive, está aberto aqui no meu computador, porque eu o utilizo como  
525 pauta da pauta, eu vou acompanhando cada colocação dele para ver se a equipe  
526 técnica da SEMAD rebate. Os debates técnicos aqui ocorridos são de mister  
527 importância para a formação da minha opinião e já me levaram, inclusive, a votar  
528 de modo contrário ao Parecer Único, bem como propor condicionante. E muito  
529 bem colocado pelo conselheiro, os votos ficam aqui registrados, podendo ele e  
530 todos os que nos acompanham confirmar o que eu estou falando. Ademais, eu  
531 ressalto que o licenciamento ambiental é ato vinculado, o que significa que temos  
532 que seguir os preceitos legais. Agora, se o conselheiro não está satisfeito com os  
533 preceitos legais, esse é um direito dele e de todos. Contudo, a metodologia para  
534 combater a suposta ineficiência da legislação me parece equivocada. Bater no  
535 Executivo, que age conforme a lei, ao invés de unir forças com a sociedade civil,  
536 com o próprio Executivo, Legislativo, entre outros, para alteração daquilo que ele  
537 considera ineficaz soa para mim mais útil. Por fim, eu destaco que um dos  
538 princípios que regem o direito ambiental é o da vedação ao retrocesso, muito bem  
539 observado pelo ex-secretário Germano, que deveria ser lembrado e saudado por  
540 todos nós.” Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira: “Igual o Luiz, da ANM, falou,  
541 nós somos crianças dentro de um conselho de pessoas tão competentes, então  
542 temos que falar menos e ouvir muito. Eu concordei bastante com a fala da  
543 Verônica e do Orsini. No meu ponto de vista, o COPAM é a ponta da linha, não  
544 há o que dizer com relação ao COPAM. Tem que mexer nas leis, é basicamente  
545 o que a Verônica falou. Eu concordo com ela em gênero, número e grau. Uma  
546 coisa que me afeta, pessoalmente, é a impunidade. Tem muita barragem  
547 abandonada, foi embora, e ninguém vai atrás do pessoal. Para mim, o triste no  
548 Brasil é impunidade. Então o Judiciário tem muito a ver com essa tragédia toda  
549 que estamos vivendo. Desculpa, vocês entendem o que eu estou dizendo. Outra  
550 coisa que eu queria dizer também é o seguinte: o que me deixa mais encucado  
551 não é que tem 9 votos a 3, 10 votos a 2, 11 votos a 1, o que me deixa mais  
552 encucado é que todos os pareceres, 99%, vêm pelo deferimento na CMI. É por  
553 isso que eu digo, esse pessoal de mineração, eu entendo que eles são muito

554 competentes, fazem as coisas muito bacana, são gente muito especializada. E eu  
555 confio bastante no trabalho da Supram. O que acontece não é que os pareceres  
556 não são suficientes, eles sofrem distorções, porque quem quer ser desonesto  
557 distorce o sistema a seu favor. Disso estamos carecas de saber. Então é mais ou  
558 menos isso. Eu queria só reafirmar, mais uma vez, para todo mundo que está  
559 ouvindo, todo mundo que entrou no YouTube, que o meu voto é da Codemig, eu  
560 venho aqui com o voto da Codemig. Porque eu, Paulo Eugênio, há 22 anos  
561 trabalhando com meio ambiente, tenho mestrado e doutorado no assunto, não me  
562 sinto ao nível de votar por mim. Então eu discuto o voto, internamente, e quem  
563 conquistou a cadeira na Câmara foi a Codemig. Uma última coisa que eu queria  
564 deixar aqui é que eu fiquei sabendo, nesta semana, que o centro de Nova Lima  
565 fica na zona de autossalvamento da Vale do Rio Doce. É impressionante. Ainda  
566 bem que é da Vale, não é de uma barragem abandonada por aí.” Conselheiro Luiz  
567 Henrique Passos Rezende: “Eu queria falar um pouco sobre o que tem  
568 acontecido. Eu trabalho na fiscalização de barragens junto com o próprio  
569 Claudinei, que o titular aqui no Conselho. Eu acho que o Julio falou muita coisa  
570 interessante, e ele é a voz da sociedade neste Conselho. Uma coisa que eu  
571 aprendi na minha vida, eu vi uma coisa muito interessante e acho que falei na  
572 última reunião, que aqui é uma oportunidade de discutirmos várias coisas que  
573 estão acontecendo com a questão ambiental. E na verdade a composição do  
574 Conselho, como se diz, é a gente sentar numa mesa num jogo de cartas. Eu  
575 aprendi muito com uma dinâmica que fiz uns tempos atrás de que nesse jogo de  
576 cartas nós temos que entrar aqui dentro, e não tem que ter vencedor, não é uma  
577 ONG vencedora, não é o mercado financeiro vencedor, não é o governo vencedor  
578 ou a política de governo vencedora. Nós temos que sair daqui com o empate, que  
579 todos os setores saiam satisfeitos com o que precisa ser realizado, que é o  
580 desenvolvimento sustentável. Eu queria adiantar que nessas questões de  
581 barragens nós temos evoluído muito – infelizmente, por causa dos acidentes –, e  
582 muito do que se falou aí está sendo planejado e implementado. O Julio falou outra  
583 coisa que é muito importante e que é minha preocupação real e nossa, da Agência  
584 Nacional de Mineração, sobre essas bombas que estão colocadas, e nós estamos  
585 atuando muito firme para poder desarmar essas bombas. É claro que não temos  
586 a capacidade de adivinhar qual vai ser a bomba que vai ser desarmada, mas  
587 estamos atuando muito sobre essas barragens de alteamento a montante.  
588 Chegamos à conclusão de que estamos no limiar da engenharia e que realmente  
589 é preciso abandonar esse tipo de estrutura. E que a nossa engenharia brasileira  
590 ficou desacreditada depois disso, mas é uma engenharia de excelência na  
591 construção de barragem e sempre foi e não vai deixar de ser. Nós precisamos  
592 resgatar isso, porque nós sabemos construir barragens, não com alteamento a  
593 montante, mas as outras barragens são exemplos de que podem durar. E quando  
594 aplicamos a boa técnica isso vai acontecer com certeza. Eu queria dizer também,  
595 até homenageando a Sociedade Mineira de Engenheiros – eu conheço muitas  
596 pessoas que passaram por lá –, que a engenharia tem um cunho não só exato,

597 vai muito mais além do exato, tem um cunho social importantíssimo. A palavra  
598 'engenharia' deriva da palavra 'engenhar'. Desde os primórdios da humanidade,  
599 estamos engenhando, criamos a flecha para caçar, criamos o vaso para plantar,  
600 criamos outras coisas que sustentam a nossa sociedade. E é isso que vai  
601 continuar. Então a engenharia tem essa palavra 'engenhar', que seja criar, botar  
602 a genialidade da humanidade para nos atender. E nós vamos continuar, tendo  
603 barragem, não tendo barragem. As ideias que o Julio colocou, nós precisamos  
604 conviver com as novas tecnologias, sim, é muito importante, essa geração de  
605 energias novas, temos que variar mesmo a matriz. Nós temos que caminhar para  
606 o futuro, tirar o Brasil do atraso e levar para o século XXII, não voltar para o século  
607 IXX, como tem acontecido em vários pontos. O recado é esse, eu acredito muito  
608 no COPAM, é uma evolução que veio recente, nesses últimos 50 anos. Com essa  
609 política de meio ambiente que vem sendo aplicada após a década de 80, temos  
610 um aprendizado complexo e vamos conseguir e deixar nosso papel para as  
611 próximas gerações. Com certeza. E são eles que vão tocar o resto. Como eu falei  
612 antes de introduzir a reunião, estamos em uma espaçonave, e ela é a única que  
613 temos, por enquanto, e espero que cuidemos bem dela, porque eles vão precisar  
614 dela, a nossa espécie vai precisar dela." Conselheiro Carlos Eduardo Orsini  
615 Nunes de Lima: "As minhas palavras são de agradecimento por essa bela  
616 colocação feita pelo Luiz Rezende, da ANM. A Sociedade Mineira de  
617 Engenheiros, Luiz, tem como princípio essa responsabilidade ética, essa  
618 responsabilidade da defesa da engenharia. Eu te agradeço muito por essas  
619 palavras elogiosas à nossa Sociedade, esperando também aqui poder contribuir  
620 com o COPAM, do qual eu sou um tremendo torcedor para o sucesso, para a  
621 efetivação da nossa condição ambiental em Minas Gerais. A Sociedade Mineira  
622 de Engenheiros, aqui presente, representa uma gama grande de profissionais  
623 dedicados, de profissionais que defendem essa ética e que defendem,  
624 principalmente, a sustentabilidade do nosso Estado de Minas Gerais."  
625 Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto/SEMAD: "Quanto à fala do conselheiro  
626 Paulo Eugênio, eu já fiz essa fala outras vezes. Só para os senhores entenderem  
627 também, às vezes as pessoas falam 'a maioria dos processos chegam para o  
628 COPAM para deferimento'. Na verdade, se os senhores abrirem aqui na página  
629 da SEMAD e irem ao nosso sistema de consulta de decisões, só como  
630 curiosidade, coloquem em 'classe 6'. Independente de ser mineração ou qualquer  
631 outra atividade. Os senhores vão ver que tem um total, desde 2017, de 325  
632 processos finalizados. Classe 6. Quando fazemos um filtro e colocamos  
633 'arquivamento', desses 325 processos, 128 são 'arquivamento'. Mais de um terço.  
634 Então, na verdade, vários processos entram, e, quando não possuem uma  
635 tramitação adequada, quando pedimos uma informação complementar, e o  
636 empreendedor não entrega ou quando entrega de maneira insatisfatória, esse  
637 processo é arquivado e não vem para o COPAM. Então não é que a grande  
638 maioria dos processos vai para deferimento, grande parte deles é arquivada por  
639 não atender às nossas solicitações. E outra coisa importante também, se os

640 senhores pararem e olharem o projeto que está no EIA-Rima, que eles entregam  
641 na formalização do processo, e o projeto que está indo para deliberação dos  
642 senhores, na grande parte não é o mesmo. Vamos supor, o empreendedor pediu  
643 uma área X: durante a análise nós vimos que parte dessa área – vamos colocar  
644 meio X – não pode porque tem impedimentos legais. Tiramos isso e enviamos  
645 para os senhores. Então, eu até brinco e falo, na verdade, é um deferimento  
646 parcial na grande parte das vezes em que estão vindo para cá, nem sempre o  
647 projeto vem para deferimento conforme foi solicitado. Está para deferimento  
648 conforme o parecer da SEMAD. Nós já tiramos, só dando exemplo, área de  
649 influência de cavidade de máxima relevância, já tiramos área de Mata Atlântica  
650 que não poderia ser suprimida. A nossa equipe fez todo esse pente fino e já tirou  
651 o que não pode. Então tem muito arquivamento de que os senhores vão ter ciência  
652 pelo nosso site, pelo ‘Diário Oficial’, e tem muito deferimento parcial. Disso é  
653 importante que os senhores tenham ciência também.” Conselheiro Paulo Eugênio  
654 de Oliveira: “Hidelbrando, eu gostei de saber disso. Como eu milito nessa área  
655 sempre do lado do empresário, eu sei que a Supram é muito rigorosa. Eu sei  
656 disso. Agora, eu queria, se você soubesse algum motivo, que dissesse por que  
657 tanto processo pelo indeferimento na CID em comparação com a CMI. Na CID,  
658 sempre vêm dois, três, quatro processos pelo indeferimento. Por que será? De  
659 repente é porque deixam para indeferimento da Câmara. Mas é fato que na CMI  
660 vem tudo pela aprovação, o que não é ruim, igual você explicou.” Hidelbrando  
661 Canabrava Rodrigues Neto/SEMAD: “Eu mandei o link, ficou muito grande. Mas  
662 são dois links, já com a pesquisa feita, que eu fiz aqui agora. Disso nós temos que  
663 fazer uma análise maior, mas o que eu vejo é: mineração é utilidade pública; por  
664 ser utilidade pública, nós temos várias legislações que permitem, por exemplo,  
665 intervenção em Mata Atlântica em estágios médio e avançado. É o que a lei fala.  
666 Dando um exemplo apenas: uma indústria que foi lá e suprimiu uma vegetação  
667 que não poderia, ela não poderá ser regularizada. Uma mineração poderia ser  
668 regularizada corretivamente, uma indústria não poderia. É só um exemplo. Mas  
669 eu mandei o link para os senhores, e os senhores vão ver que mais de um terço  
670 dos processos são arquivados.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Só  
671 complementando a fala do Hidelbrando, nosso secretário executivo do COPAM,  
672 algumas questões também têm que ser relativizadas. Por exemplo, a pauta. ‘Tem  
673 quatro processos sendo indeferidos na pauta da CID.’ Mas olha o tamanho da  
674 pauta da CID, quantos processos são da CID? Na pauta da CID, vêm 30  
675 processos, 25 processos. Então às vezes, proporcionalmente, vai ser a mesma  
676 coisa. Outra situação que acontece muito: quando o empreendedor tem o seu  
677 processo já pelo indeferimento, às vezes ele nem espera ser arquivado e já  
678 desiste do processo. Isso acontece demais também.” Sra. Vera/ Representante  
679 da sociedade civil: “Eu sou moradora de Casa Branca, em Brumadinho, e venho  
680 aqui falar em nome dos bairros Parque das Águas, Jardim Casa Branca, bairro da  
681 Ponte, condomínio Aldeia da Cachoeira das Pedras, os bairros que experimentam  
682 da água que vem dessa região da serra do Rola-Moça; Associação Comunitária



683 Recanto da Aldeia, Movimento Águas e Serras de Casa Branca. Sobre o  
684 empreendimento MGB, na unidade de conservação de proteção ambiental do  
685 Parque Estadual da Serra do Rola-Moça, eu gostaria de pedir que fosse retirado  
686 de pauta em relação ao indeferimento do Parecer Único da Supram. A minha  
687 manifestação é para que se retire da pauta esse item uma vez que a própria  
688 Secretaria de Meio Ambiente indefere esse empreendimento. É essa a minha  
689 manifestação.” Maria Clara Paiva/Representante da sociedade civil: “Dirigindo ao  
690 senhor presidente a solicitação de retirada da pauta do item 10, do processo  
691 administrativo para exame da Licença Prévia da Mineração Geral do Brasil (MGB).  
692 Eu sou moradora de Casa Branca, reitero todos os grupos e comunidades e  
693 associações que foram mencionados pela Sra. Vera. A razão de solicitar que esse  
694 item seja retirado de pauta se dá pelo fato de que, pela descrição do item na  
695 pauta, ele sugere que seja continuado esse processo de licenciamento e  
696 analisado em sua íntegra. Eu não estou familiarizada com os processos do  
697 COPAM, mas estou bem familiarizada com o processo que corre na Justiça em  
698 relação a esse empreendimento, tanto no nível da esfera federal quanto na  
699 municipal. A sentença da Justiça Federal que derrubou parcialmente a tutela de  
700 urgência que impedia a continuidade desse processo se refere exclusivamente a  
701 autorização para intervenção de emergência na Barragem 1 para  
702 descaracterização dessa. E o nosso entendimento é que a forma como o item foi  
703 posto em pauta desconsidera o fato de que a Justiça somente autorizou a  
704 intervenção emergencial para descaracterização da barragem e não para todo o  
705 processo do empreendimento, que envolve lavra a céu aberto dentro de uma área  
706 de proteção, com a previsão de construções que fazem uso direto dos recursos  
707 naturais, o que ainda, ao meu entendimento, não está autorizado pela legislação.  
708 Então, pensando sobre toda a responsabilidade do Judiciário, mencionada pelo  
709 conselheiro Paulo Eugênio – eu concordo com ele que em muitos casos há uma  
710 intervenção às vezes equivocada –, eu posso dizer que, do que a gente vem  
711 acompanhando desse processo na Justiça, há vários argumentos dúbios e  
712 levianos no uso da informação oficial, às vezes, de uma forma parcial, há  
713 inverdades, e os argumentos que foram apresentados à Justiça são argumentos  
714 para induzir o juízo a erro, o que provavelmente ocorrerá com os senhores.  
715 Lembrando que as decisões e votos assumidos pelos senhores, como agentes  
716 públicos, também decorrem de ônus e consequências de ordem legal. Então a  
717 minha sugestão, para proteção dos senhores e para a proteção do meio ambiente  
718 e da sustentabilidade é que esse processo seja retirado de pauta, para que os  
719 dados sejam, primeiro, analisados melhor, todos esses processos que estão na  
720 Justiça, um entendimento mais claro do que se está, de fato, em jogo. E também  
721 para que a descritiva do item seja corretamente posta, porque, da maneira como  
722 está, sugere que o processo de licenciamento possa ter continuidade, o que não  
723 está autorizado pela Justiça. Então eu gostaria que essa fala constasse em ata e  
724 gostaria de solicitar que esse item fosse retirado, porque não nos parece legítimo  
725 que ele seja assim votado ou analisado. Que a única autorização que a empresa

726 recebeu é para descaracterização da Barragem 1, em função de uma tutela  
727 provisória de urgência que foi deferida na Justiça Federal e que deu a ela  
728 autorização para essa intervenção emergencial. Fora isso, que eu saiba, ela não  
729 está com nenhuma prerrogativa legal ou de qualquer outra ordem para prosseguir  
730 esse licenciamento. Eu queria também dizer e agradecer todas as falas,  
731 agradecer muito a fala do Julio Grillo. Pela primeira vez, eu, como sociedade civil,  
732 me senti vista e reconhecida numa plenária como esta. Esse sentimento de  
733 sermos tratados com certa indiferença é muito ruim, muito difícil, quando nos  
734 propomos a ser um cidadão atuante e participativo das questões públicas e de  
735 interesse coletivo nas nossas cidades, nas nossas regiões. E quero também dizer  
736 a vocês que me trouxe apreço ouvi-los falando em desenvolvimento sustentável,  
737 mas, quando estamos falando em meio ambiente, é bom lembrar que os  
738 indicadores de PIB não são os únicos indicadores que podemos considerar para  
739 falar em sustentabilidade. Quando falamos em meio ambiente – e temos que  
740 considerar fauna e flora, indicadores que nunca são considerados no PIB –,  
741 precisamos agregar a isso e entender que esses aspectos fazem diferença na  
742 vida das pessoas que vivem no território e que devem ser asseguradas como legal  
743 a preservação e proteção desses itens, desses elementos considerados, como  
744 garantia da qualidade da vida e do meio ambiente para nós e para as futuras  
745 gerações. É um direito assistido e garantido pela Constituição ao cidadão. E por  
746 isso a nossa participação pedindo a retirada desse item de pauta.” Presidente Yuri  
747 Rafael de Oliveira Trovão: “O processo está pelo indeferimento. De qualquer  
748 forma, qual é o procedimento sempre em relação aos processos de que é  
749 solicitada baixa em diligência ou a retirada do ponto de pauta? Eu escuto,  
750 primeiramente, a equipe, porque a equipe analisou o processo e tem condições  
751 de subsidiar se aquela baixa em diligência ou retirada de pauta é pertinente. Mas  
752 como o conselheiro Julio já deixou claro aqui, por diversas vezes, provavelmente,  
753 o Julio vai pedir vista desse processo. Então no momento vamos aguardar a vista  
754 do Julio, sem prejuízo de que no momento posterior, voltando o processo em  
755 pauta, nós possamos tirá-lo de pauta, caso a equipe entenda pertinente essa  
756 retirada.” Maria Clara Paiva/Representante da sociedade civil: “Eu posso sugerir  
757 – se não vai ser retirado – que seja reescrito?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
758 Trovão: “Sendo pedido vista, não entra em discussão. Em relação ao  
759 questionamento feito pelo Julio em relação àquela moção, eu quero informá-lo  
760 que o processo foi instruído no SEI, levou o nº 13700100368652020-41. Está no  
761 Gabinete. Como houve a troca de secretário – o Germano saiu, e entrou a Marília  
762 –, provavelmente, eles vão estar verificando no decorrer da semana, e entraremos  
763 em contato com o senhor dando maiores informações. A reunião do mês que vem,  
764 do mês de outubro, vai ser antecipada.” Vânia Mara de Souza Sarmiento/SEMAD:  
765 “O governador decretou, no dia 30 de outubro, o feriado do Dia do Servidor. Então  
766 nós vamos antecipar a reunião da CMI para o dia 27. Nós vamos colocar na nossa  
767 agenda. Só para certificar aos conselheiros.” **4) EXAME DA ATA DA 63ª**  
768 **REUNIÃO**. Aprovada por unanimidade a ata da 63ª reunião da Câmara de

769 Atividades Minerárias, realizada em 28 de agosto de 2020, com as seguintes  
770 alterações: – Linha 1.699, onde está escrito “na mão”, leia-se “ter na mão”; – Linha  
771 2.584, substituir a palavra “condicionais” por “condicionantes”; – Linha 2.102,  
772 retificar que houve abstenção apenas da Relictos e não de ProMutuca e Abes,  
773 conforme constou equivocadamente; – Linha 806, a expressão correta é “engodo  
774 das privatizações”; – Linha 506, onde está escrito “postos”, leia-se “poços”; –  
775 Linha 2.104, onde está escrito “intervenção da empresa”, leia-se “interação da  
776 empresa”; – Linha 56, substituir a palavra “apresentam” por “apresento” e a  
777 palavra “os” por “aos”; – Linha 224, substituir “gostaria” por “gostariam”; – Linha  
778 353, substituir “ser” por “ter”; – Linha 2.420, substituir “então” por “estão”. Votos  
779 favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindixtra, Fiemg,  
780 Relictos, ProMutuca, SME e Abes. **5) LANÇAMENTO DO CURSO EAD AOS**  
781 **MUNICÍPIOS. Apresentação: SEMAD.** Geovana Santos, da Diretoria de Apoio à  
782 Gestão Municipal, fez apresentação do curso introdutório de descentralização do  
783 licenciamento ambiental para apoio aos municípios. O conteúdo da exposição foi  
784 disponibilizado no site da SEMAD. Manifestações. Conselheiro Carlos Eduardo  
785 Orsini Nunes de Lima: “Primeiramente, eu queria parabenizar a Geovana pela  
786 apresentação e trazer aqui um testemunho de alguns municípios com os quais  
787 nós temos interagido, e temos visto uma excelente performance. Eu quero citar  
788 aqui três municípios. Um pequeno, que eu tenho um carinho muito especial por  
789 ele, que sou frequentador há muitos anos, que é Carmo do Cajuru. Tem um  
790 prefeito exemplar, o Edson, que encara essa história como forma competitiva do  
791 município. O que tem sido feito em Carmo do Cajuru é uma espécie de  
792 aprimoramento do processo tanto de licenciamento como de fiscalização no  
793 sentido de o município ser competitivo na atração de indústrias, na atração de  
794 empreendimentos. Então esse é o primeiro que eu trago de exemplo e  
795 confirmando as suas palavras. O segundo é Juiz de Fora. Você citou Juiz de Fora,  
796 com excelente organização do secretário de Meio Ambiente, da Marília, uma  
797 pessoa maravilhosa. Nós temos feito alguns trabalhos lá, inclusive com a própria  
798 Codemig, Paulo Eugênio, de aproveitamento das áreas da Mercedes-Benz.  
799 Estamos fazendo um estudo lá agora de implantação de uma empresa para  
800 produção de células de lítio. É um projeto muito interessante, uma coisa  
801 extremamente sustentável e exemplar. E eu vejo, no caso, a organização da  
802 Secretaria de Meio Ambiente de Juiz de Fora um exemplo também. Tem lá a  
803 superintendente Marília, pessoa maravilhosa, uma pessoa espontânea, dedicada.  
804 Então eu vejo isso como forma muito importante desse trabalho. E por fim uma  
805 outra com que eu tenho tido contato pela própria minha vida de mineração, que é  
806 Brumadinho. Em Brumadinho, a prefeitura tem se esmerado nessa situação toda  
807 de proteção, de uma visão adequada, de aproveitamento também da mineração.  
808 Porque eles têm forte posicionamento da importância da mineração para  
809 Brumadinho, apesar do acidente do Córrego do Feijão. Mas Brumadinho  
810 necessita da mineração. Brumadinho é um município que vive da mineração.  
811 Então a Secretaria está muito preparada e aprimorando muito os conceitos

812 voltados para a própria mineração sustentável, para o próprio aproveitamento de  
813 recursos, como recursos residuais da mineração, de programas futuros, planos  
814 de fechamento de mina. Um exemplo é Inhotim, que era uma mineração e hoje é  
815 um monumento de turismo de grande repercussão nacional e internacional. Então  
816 Brumadinho tem feito um trabalho maravilhoso, através da Secretaria de Meio  
817 Ambiente, convencendo os mineradores a trabalhar de uma forma adequada,  
818 convencendo os mineradores, no futuro, a prepararem aquelas áreas para um  
819 aproveitamento adequado, que tornem o município realmente em um município  
820 de destaque no Estado de Minas Gerais. Então eu queria parabenizar, Geovana,  
821 pelo trabalho que vocês estão fazendo, pelo trabalho que a SEMAD tem  
822 desenvolvido em prol disso. A racionalização, a aproximação da sociedade, a  
823 aproximação do município com a sociedade é mais efetiva, o cidadão que mora  
824 naquela cidade vai participar mais diretamente daquele empreendimento e de  
825 uma forma que possa trazer não só o desenvolvimento municipal sustentável  
826 como também a melhoria de qualidade de vida daquelas populações. São essas  
827 as minhas palavras, e eu incentivo realmente o trabalho que vocês estão fazendo  
828 nessa reeducação e na educação das equipes da Secretaria de Meio Ambiente  
829 desses municípios. Parabéns.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Mais  
830 uma vez, Geovana, muito obrigado pela apresentação. Dou parabéns ao trabalho  
831 desenvolvido por vocês. A apresentação está disponibilizada no site, e eu vou  
832 aproveitar o gancho da apresentação da Geovana e falar que também em breve  
833 teremos o nosso curso EAD de treinamento dos conselheiros.” **6) PROCESSO**  
834 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA.**  
835 **6.1) Vale S/A. Coprodutos areia. Mina Brucutu. Lavra a céu aberto. Minerais**  
836 **não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento. São Gonçalo**  
837 **do Rio Abaixo/MG. PA 3245/2020. ANM 005.441/1958; 008.337/1960;**  
838 **830.024/1993; 830.696/1990; 830.370/1985 e 830.172/2001. Classe 4**  
839 **(conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação:**  
840 **Suppri. Retorno de vista: ProMutuca, SME, Sindiextra e Fiemg. Conselheiro**  
841 **Julio Cesar Dutra Grillo**: “Para mim, esse tipo de iniciativa, reaproveitamento de  
842 areia e agregados a partir dos rejeitos de mineração, é extremamente desejável.  
843 É uma forma de, ao longo do tempo, diminuir os rejeitos depositados nas  
844 barragens, diminuir a degradação provocada pela exploração de areia nos nossos  
845 rios e de criar uma alternativa econômica de longo prazo para a sociedade local.  
846 A meu ver, o ideal seria que as mineradoras montassem instalações como essas  
847 próximas a todas as grandes barragens de rejeitos e pilhas, e, após a instalação  
848 estar em operação normal, cedessem para uma cooperativa de moradores locais  
849 operar e lucrar com a venda de areia e agregados de rejeitos da mineração. Essa  
850 é uma forma de criar uma economia local, que pode ser bem estável para a  
851 comunidade ao longo do tempo. Deveriam também buscar uma parceria com os  
852 administradores municipais de forma que a areia e agregados a serem  
853 consumidos pelos municípios viessem prioritariamente dos rejeitos depositados  
854 naquela região. Eu acho que, após passarmos por essas fases de licenciamento

855 e começarmos a assistir o resultado do que seria essa unidade fabril, talvez  
856 valesse a pena colocarmos – até como condicionante no futuro para as  
857 mineradoras ou como termo de ajustamento de conduta – a construção de uma  
858 instalação de reprocessamento como essa. Mas, como eu também tinha dito na  
859 reunião anterior, eu tenho compromisso firmado com as ONGs de defesa do meio  
860 ambiente do Estado de sempre solicitar vista para que a sociedade local seja  
861 consultada. Orsini, por exemplo, neste caso que está aqui, eu nem pediria vista,  
862 mas a sociedade queria ter. Eu gostaria novamente de elogiar o excelente  
863 trabalho da Teca na análise dos processos e na busca de informações junto às  
864 sociedades locais. As ONGs de defesa do meio ambiente se manifestaram pela  
865 retirada de pauta desse parecer para correção de problemas apresentados por  
866 elas no relatório de vista. Minha intenção é promover esse tipo de  
867 empreendimento voltado ao aproveitamento de rejeito de mineração em todas as  
868 instâncias, mas isso não pode ser às custas de ignorar problemas no  
869 licenciamento. Eu gostaria de ouvir da SEMAD as explicações que ela teria sobre  
870 os problemas apresentados pelas ONGs de defesa do meio ambiente no nosso  
871 relatório de vista.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “O relato de vista foi  
872 disponibilizado no prazo regimental. Depois da análise, nós vimos que o processo  
873 é muito simples e positivo, no caso, e nos posicionamos de acordo com o parecer,  
874 que é pelo deferimento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento.”  
875 Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu queria fazer um  
876 complemento da vista, senhor presidente. Eu queria comentar um aspecto que  
877 nós, inclusive, colocamos na vista conjunta com o Sindiextra e a Federação das  
878 Indústrias, que é o fator relevante do empreendimento. E vou fazer questão de ler  
879 isso, e isso coaduna também com a própria favorabilidade no seu deferimento. ‘É  
880 importante assinalar que o referido projeto traz em seu bojo uma grande inovação  
881 para o setor produtivo ligado ao minério de ferro. A inovação operacional permite  
882 o uso sustentável do resíduo em silício, recurso de silício, que permite não só  
883 contribuir para redução de massas de estéril alocadas em pilhas ou até mesmo  
884 em rejeitos de barragens, oferecendo ao mercado de construção um produto de  
885 qualidade e até mesmo atendimento em áreas limítrofes ao empreendimento da  
886 mina de Brucutu. Isso é importante, meus colegas, de salientarmos. Porque  
887 medidas como essa empreendidas pela Vale levam outras empresas a seguir o  
888 mesmo caminho, que é a valorização da mineração, a valorização da mineração  
889 como forma de aproveitamento de todos os resíduos. A natureza é muito  
890 importante para nós, hoje nós aproveitamos tudo, aproveitamos até os metais  
891 pesados, que muitas vezes são colocados de forma indevida em recursos  
892 hídricos. Hoje se pode fazer aproveitamento de tudo a lei, a Lei de Lavoisier  
893 funcionando plenamente. É isso que nós temos que buscar. De modo que eu  
894 queria, mais uma vez, parabenizar a Vale por essa iniciativa, parabenizar outras  
895 minerações, como a Mineração Usiminas, que tem feito aproveitamentos internos,  
896 a CSN, a Gerdau. Então todas as empresas estão hoje empenhadas no  
897 aproveitamento total de resíduos em mineração. Isso é um caminho correto, um

898 caminho que o próprio Julio tem defendido. E aí eu vejo isso como um exemplo,  
899 que vai ser colocado para outras empresas mineradoras e outros projetos, se  
900 Deus quiser.” Isabel Roquete/Vale S/A: “Antes de responder às questões feitas  
901 nos pareceres de vista, tanto da ProMutuca, como da SME, Fiemg e Sindiextra, e  
902 do próprio Paganini, às questões levantadas na reunião passada, eu gostaria de  
903 falar da importância desse processo de licenciamento, que reflete a importância  
904 do projeto de coproduto areia. É um projeto inovador, que faz parte de várias  
905 iniciativas da Vale que estão sendo estudadas para reduzir o rejeito arenoso e,  
906 por consequência, o uso de barragens. A Vale investiu muito nesses projetos, está  
907 com equipe dedicada nesses projetos, além do que, especificamente, esse projeto  
908 vem alavancar uma economia circular uma vez que já foram identificados vários  
909 nichos de negócio econômico e social e, não menos importante, ambiental. Então  
910 a grande importância desse projeto está consubstanciada, inclusive, no social e  
911 no ambiental. Começando então pela própria avaliação do conselheiro Julio Grillo,  
912 quando ele fala do aproveitamento da areia das barragens já existentes, eu quero  
913 informar ao Dr. João Grillo que se essa avaliação já está sendo feita, nós temos  
914 estudos em desenvolvimento, mas não é simples. O nosso objetivo inicial é fazer  
915 esse aproveitamento da areia das barragens que estão sendo descaracterizadas  
916 – são mais de dez barragens. Iremos aproveitar, sim, areia, mas, como o material  
917 é muito heterogêneo, estamos em processo ainda e vamos, sim, aproveitar, mas  
918 considerando as questões de técnicas dessas barragens. Então aí nós temos um  
919 tempo de amadurecimento dessa atividade. E por enquanto vamos tratar desse  
920 coproduto areia oriundo do rejeito arenoso, no caso, um caso piloto no site  
921 Brucutu. As ONGs levantaram alguns questionamentos, e eu vou procurar  
922 também esclarecer, em relação à localização do empreendimento. Os primeiros  
923 documentos de abertura do processo consideravam estes dois municípios: Barão  
924 de Cocais e São Gonçalo do Rio Abaixo. A Vale, em 6/8/2020, fez uma retificação  
925 no Sistema de Licenciamento Ambiental com retificação do FCE e do próprio  
926 Relatório Ambiental Simplificado, retirando a porção de Barão de Cocais. Esse  
927 recorte foi feito justamente porque o rejeito arenoso que estava sendo objeto  
928 dessa avaliação e da retirada da areia estava exclusivo do município de Barão de  
929 Cocais. Aí a Vale fez a retificação, alterou o shape da ADA, considerando São  
930 Gonçalo, e fez a própria retificação também para fazer a compatibilidade da área  
931 com o município de Barão de Cocais. Em relação à substância areia, a Vale fez  
932 um protocolo, em dezembro de 2019, um plano de aproveitamento econômico,  
933 solicitando o aditamento da substância, e esse plano de aproveitamento  
934 econômico foi aprovado em 4/8/2020. Em relação ao escoamento, vai ser feito  
935 por dois modais – ferroviário e rodoviários –, tendo como principais nichos de  
936 mercado Minas Gerais, Espírito Santo e Brasília. Cabe afirmar a importância de  
937 que 72% desse escoamento será pelo modal ferroviário, até os terminais de  
938 transbordo, saindo da mina de Brucutu para o Espírito Santo, na cidade de Serra,  
939 e para municípios de Minas Gerais e o terminal de Brasília. Nós vamos usar a  
940 Estrada de Ferro Vitória-Minas e a Ferrovia Centro-Atlântica. Esse produto já está

941 contemplado no processo de LO, que foi revalidado, dessas ferrovias. Quando a  
942 Vale fez a renovação do processo da ferrovia, saiu uma lista de substâncias que  
943 poderiam ser transportadas por esse modal. Então a areia está nessa lista de  
944 substância. Já tem dentro do Ibama o programa de efluentes atmosféricos, que  
945 está sendo seguido e que será seguido também para areia, mas cabe falar que  
946 as estradas serão aspergidas, vão ser introduzidas nessas cavas uma solução  
947 aquosa com supressor de poeira, e vão ser dadas manutenções de forma que  
948 essa película sobre a carga evite a emissão de material particulado. Como eu  
949 falei, 72% são feitos via modal ferroviário e 28% serão feitos pelo modal  
950 rodoviário, saindo de Brucutu em torno do raio de 150 km, por meio de caminhões.  
951 Aí serão utilizadas a 381, no município de São Gonçalo, a MG-129, de acesso a  
952 Brucutu, e a 436, que é próxima a Cocais. Os caminhões serão todos lonados, os  
953 deslocamentos serão feitos em local apropriado, segundo Resolução do Contran;  
954 os veículos serão novos, serão dotados de todas as medidas de segurança; serão  
955 feitos treinamentos. As vias de acesso ainda não pavimentadas serão  
956 umidificadas com uma frequência bem satisfatória, de acordo com o tráfego de  
957 veículos. Outro ponto de questionamento foi quanto à produção bruta do produto,  
958 que é de 15 milhões de t/ano. Para chegar a esse número, tem toda a base de  
959 cálculo, foi feita toda uma avaliação, até se chega como se aproveitaria dentro  
960 dessa produção, e teve uma coincidência com o processo de expansão da casa  
961 da Divisa. E nós temos a base de cálculo que comprova essa coincidência. Em  
962 relação a geração de emprego, houve um questionamento de que não haverá a  
963 geração de emprego. Mas haverá manutenção de emprego, sim, não só no site,  
964 mas em todo esse sistema que envolve esse projeto, cabendo destacar que 30  
965 empregados da Vale estão diretamente relacionados aos estudos de novas  
966 alternativas, de novas pesquisas. Então a Vale hoje tem 30 empregados diretos  
967 dedicados a esses estudos. É claro que com esses 30 empregados nós temos  
968 várias universidades associadas, centros de pesquisa, laboratórios associados  
969 certificando o material. Então quando eu falo 30 empregados isso é o conjunto de  
970 uma gerência que está dedicada a esses trabalhos. Em relação ao item do  
971 conselheiro Paganini, ele questionou também em relação à composição do  
972 material. Para avaliação dos riscos potenciais à saúde e ao meio ambiente, em  
973 janeiro de 2019, a Vale promoveu a avaliação desse coproduto oriundo do rejeito  
974 arenoso segundo à Norma 10.004, que é a norma de resíduos sólidos. Essa  
975 norma caracteriza o resíduo como perigoso ou não perigoso. De acordo com os  
976 resultados obtidos, o coproduto foi classificado como classe 2 A, um produto não  
977 perigoso, não inerte. O que é não inerte? É que tem propriedades como  
978 solubilidade... Em suma, o resíduo arenoso de Brucutu, de onde está se extraindo  
979 esse subproduto areia, não é perigoso e não oferece risco à saúde. Eu estou aqui  
980 com a equipe responsável pelo projeto, a equipe responsável pelo escoamento,  
981 e nós nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais dos  
982 conselheiros.” Conselheiro José Angelo Paganini: “Como nós dissemos na  
983 reunião anterior, esse reaproveitamento do resíduo industrial é positivo e está

984 alinhado com o desenvolvimento sustentável. Nós entendemos que quando um  
985 produto é produzido e distribuído ele obedece a uma especificação rígida da sua  
986 composição e qualidade, controles são estabelecidos para garantir a qualidade  
987 do material produzido. O minério de ferro produzido obedece a uma composição  
988 predeterminada, que é atestada na origem pela empresa produtora e também  
989 pelos seus clientes, quando recebem o produto. Para os resíduos industriais, não  
990 é necessário esse controle de qualidade. Sabemos que a sua composição varia  
991 de acordo com a qualidade da matéria-prima que foi processada. Os resíduos  
992 podem e devem ser beneficiados e transformados em coprodutos. Entendemos  
993 que é necessário e fundamental que se estabeleçam controles para garantir a  
994 qualidade e composição desse coproduto ao longo de sua produção. Por isso eu  
995 gostaria de saber quais são os controles de qualidade que serão implantados para  
996 o controle da qualidade do coproduto areia de mineração.” Conselheiro Julio  
997 Cesar Dutra Grillo: “Isabel, eu queria te lembrar uma coisinha e depois te fazer  
998 uma pergunta. Durante o ano de 2018, quando eu estava no Ibama, eu tive  
999 oportunidade de ter reuniões com praticamente todas as grandes mineradoras do  
1000 Estado. E com todas elas, sem nenhuma exceção, eu falei sobre a urgência da  
1001 necessidade de se fazer um tratamento de rejeitos. Cheguei a fazer, no auditório  
1002 do Ibama, uma apresentação da própria Vale sobre como estavam as suas  
1003 pesquisas em relação ao aproveitamento de rejeitos. Eu sou extremamente  
1004 favorável e sou uma pessoa que vai dar força para essa atividade enquanto eu  
1005 puder. Mas eu tenho outros receios, que foram coisas que a sociedade colocou.  
1006 Você está dizendo que 28% do material será transportado por estrada. Olha bem,  
1007 na 381. É complicada aquela estrada, nós todos sabemos, a mais complicada do  
1008 Estado de Minas Gerais. Eu queria saber o seguinte: qual será a frequência, por  
1009 hora, de caminhões trafegando na 381 para distribuição de areia e dos  
1010 agregados? Como eu venho dizendo em diversas reuniões, eu tenho que ter  
1011 outras preocupações que não sejam exclusivamente o lucro de um projeto, eu  
1012 tenho que entender suas circunstâncias, os seus impactos para além da própria  
1013 fabricação. Eu acho que esse é meu papel como um conselheiro representante  
1014 das organizações não governamentais de defesa do meio ambiente. Então,  
1015 Isabel, a minha pergunta é qual será a frequência prevista para caminhões na BR-  
1016 381 com esses 28% do material produzido.” Conselheiro José Angelo Paganini:  
1017 “Bruno Batista/Vale S/A: “Eu gostaria de saber como vai ser o controle de  
1018 qualidade do coproduto para garantir que durante o tempo vão ser mantidas as  
1019 características do material que foi apresentado agora no licenciamento.” Bruno  
1020 Batista/Vale S/A: “O controle de qualidade do produto será realizado assim como  
1021 realizamos o controle para o minério de ferro. Nós conseguimos garantir todas as  
1022 características químicas e físicas dele, assim como garantimos a qualidade do  
1023 que hoje ofertamos na linha de produto do minério de ferro.” Presidente Yuri  
1024 Rafael de Oliveira Trovão: “Como que isso é feito? O senhor poderia  
1025 pormenorizar, por favor, o procedimento? Eu acho que é isso que o José Ângelo  
1026 está querendo. Se possível.” Isabel Roquete/Vale S/A: “O conselheiro Grillo citou



1027 o transporte na 381. Vai ser 1,4 caminhão por hora, na 381, no período em que  
1028 precisa ser feito o escoamento do produto. Então nesse período vai ser 1,4  
1029 caminhão por hora na 381. O Bruno está com dificuldade de acesso, mas a  
1030 Jordana tem plena capacidade de responder ao conselheiro Paganini.” Jordanna  
1031 Chamon Vogt/Vale S/A: “Eu gostaria de esclarecer a dúvida do Sr. José Angelo  
1032 no tocante à qualidade do coproduto que está sendo aqui questionado. A partir do  
1033 momento que ele se torna um produto Vale, ele deve respeitar todos os critérios  
1034 de classificação no tocante a aspectos físicos e químicos. Lembrando que, por  
1035 ser um coproduto da exploração de minério de ferro, ele está muito ligado à  
1036 qualidade do principal produto da Vale, que é o minério de ferro. Então são feitas  
1037 amostragens durante o processamento da usina, registros e com conferência  
1038 antes do embarque e destinação desse material. Mais uma vez, vai ser  
1039 estabelecido um requisito técnico para cada uma das suas utilidades, das suas  
1040 utilizações, e vão ser feitas aferições ao longo da sua produção, de forma a  
1041 garantir a qualidade do material, dos requisitos físicos e químicos,  
1042 principalmente.” Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD: “Eu queria começar pelo próprio  
1043 parecer do Julio Grillo em relação ao processo. Julio, você já me ouviu te elogiar  
1044 aqui mais de uma vez, não é a primeira. Se você tivesse ficado ali no quadrinho  
1045 amarelo, eu estaria batendo palma aqui e estourando foguete para você o dia  
1046 inteiro. O quadrinho amarelo, de considerações do conselheiro. Essas são suas,  
1047 essas eu sei que vieram da sua experiência, da sua capacidade, da sua  
1048 concepção e do seu envolvimento indiscutível em relação a melhoria dos  
1049 processos de mineração, para o bem da própria sociedade. Eu só tenho palmas  
1050 para você. Mas aí, Julio, eu não vou poder bater palma hoje não porque dessa  
1051 vez você escorregou falando que teve uma avaliação boa a partir dos seus  
1052 companheiros, de seus partícipes, que já falamos que entendemos a sua  
1053 necessidade de levar para participação popular. É um acordo que você fez e que  
1054 nós vamos respeitar em todos os tempos. Eu não posso, de jeito nenhum,  
1055 concordar com a manifestação das ONGs de defesa do meio ambiente, sobretudo  
1056 com essa que está aqui, porque a análise dessa ONG é parcial, incompleta, não  
1057 avaliou tudo que tinha. E o que é pior, Julio, o que acontece? Se tem alguma coisa  
1058 que a ONG ou que você ou um conselheiro qualquer não entender, ‘não estou  
1059 entendendo por que vocês fizeram assim’, a equipe da SEMAD – não só da Suppri  
1060 – está à disposição para explicar o processo todo. Nós já falamos mais de uma  
1061 vez, um parecer é uma manifestação com base naquilo que analisamos e  
1062 estudamos. O parecer não tem que trazer o processo todo, porque se não  
1063 traríamos só o processo, sem o parecer, todas as pastas de informação. E quando  
1064 emitimos um parecer nós o emitimos observando os limites da nossa atuação e  
1065 da necessidade de informação. Por exemplo, primeiro item, que é a localização e  
1066 caracterização do empreendimento. A Isabel já até explicou, quando falamos  
1067 depois do empreendedor, normalmente repetimos. Localização do  
1068 empreendimento: dois municípios ou um município? É claro que nós nos  
1069 preocupamos com isso, porque, quando o relatório técnico foi emitido, aquele 028

1070 que está citado, aquilo foi um pedido prévio à própria formalização para não incidir  
1071 critério locacional e para alterar a modalidade do licenciamento, tendo em vista as  
1072 características do licenciamento que já aconteceu na mina de Brucutu. Um  
1073 complexo minerário, com uma licença válida, que foi analisada com mais de um  
1074 EIA/Rima, que tem Plano de Controle Ambiental funcional, que tem atividade de  
1075 controle ambiental em todos os sistemas possíveis de controle. Então foi isso que  
1076 foi apresentado pelo empreendedor e avaliado naquele momento. E naquele  
1077 momento foi pedido para dois municípios. Verdade. Nós avaliamos dentro de toda  
1078 a mina, dentro daquilo que depois o seu próprio parecer trouxe como informação,  
1079 que é o conjunto de direito minerário que compõe ali. A legislação mineira diz que  
1080 essa comprovação deve ser feita através da declaração de conformidade até a  
1081 emissão do parecer. Quando chegou à nossa avaliação, que nós vimos que havia  
1082 uma discrepância, nós encaminhamos pedido de informação complementar para  
1083 a Vale, que apresentou em quais direitos minerários eles iam lavrar, e todos esses  
1084 direitos minerários, aqueles em que já houve adiantamento do material, da areia,  
1085 estavam em São Gonçalo. Daí a ADA do empreendimento ser em São Gonçalo,  
1086 porque todas as atividades de lavra, beneficiamento e transporte estão adstritas  
1087 ao município de São Gonçalo, não interferem no município de Barão de Cocais.  
1088 E é por isso que o parecer está assim. E é engraçado, Julio, e eu vou fazer  
1089 questão daqui a pouco de trazer no outro item: essa informação está no seu  
1090 parecer de vista. O mapa que você trouxe criticando a nossa localização, a nossa  
1091 avaliação da localização, mostra claramente que o empreendimento só acontece  
1092 no município de São Gonçalo, não irradia para outros municípios. Então não há  
1093 que se tratar desse caso de dois municípios, não há que se discutir a participação  
1094 do município de Barão de Cocais, porque a legislação é muito clara em relação a  
1095 isso, é onde está a ADA e não onde está a Área de Influência Direta. Nós podemos  
1096 até não gostar da norma, é dura a lei, mas ela é a lei. E o princípio da legalidade  
1097 estrito ao qual nós estamos subjugados, nós da administração pública, nos impele  
1098 a observar estritamente a lei. Então a ADA está só em São Gonçalo do Rio Abaixo.  
1099 E nesse sentido tudo aquilo que foi discutido aqui no parecer do Movimento pelas  
1100 Serras e Águas de Minas se esvazia. Esse caso, se esvazia. A informação está  
1101 no processo inteiro, é só ler o processo, que a informação está lá. Aí vem uma  
1102 apresentação do próprio relatório. E uma discussão a respeito de direito minerário.  
1103 Desculpa, Julio, mas desde março de 2018, quando saiu a DN 217 – não só a DN  
1104 217, mas ela é um marco –, e depois a Instrução de Serviço Sisema nº 1/2018,  
1105 que ficou claro para todo mundo que não há vinculação objetiva entre processo  
1106 de licenciamento e direito minerário. É aquela história de cada ente no seu  
1107 quadrado. A Portaria ANM nº 155 diz que para emissão do direito minerário, do  
1108 direito de lavra, tem que ter licença ambiental na mão. E aí a licença ambiental é  
1109 uma espécie de autorização que difere da outorga de direito minerário, e elas não  
1110 são conjugadas. Podemos dar uma licença ambiental independente da atividade  
1111 que a ANM vai autorizar, é independente. Eu vou dar um exemplo que falo com a  
1112 minha equipe. Se por acaso eu chegar a uma mina qualquer e descobrir que há

1113 uma lavra de uma substância que não está no direito minerário, eu não posso  
1114 nem autuar, eu não tenho poder de polícia, eu, a SEMAD, a equipe técnica da  
1115 SEMAD. Nós não temos poder de polícia nem sequer para autuar a mineradora  
1116 por fazer usurpação de bem da União. Por ser usurpação de bem da União, a  
1117 competência do poder de polícia é da Agência Nacional de Mineração e da Polícia  
1118 Federal. Então não se imiscuem as duas informações: direito minerário e licença  
1119 ambiental. Por óbvio, por cuidado, por prática, o Estado de Minas Gerais faz a  
1120 verificação – isso está na IS – se a licença que está sendo pedida tem relação  
1121 com o proprietário do direito mineral. É por isso que trouxemos a informação aqui  
1122 de que naqueles seis polígonos de direito minerário já está aditada a lavra de  
1123 areia, a substância areia já está aditada. Para os demais, tanto em São Gonçalo  
1124 quanto em Barão de Cocais, não há esse aditamento. Mas a licença foi pedida só  
1125 para São Gonçalo. E não há confusão nenhuma relação nem ao processo nem  
1126 ao parecer nesse sentido, nós estamos muito tranquilos em relação a isso, porque  
1127 está estabelecido que o que eles estão pedindo é do direito minerário que tem  
1128 aditamento. Isso foi verificado no processo. Os demais processos, quando eles  
1129 aditarem, se eles quiserem pedir outra licença ambiental, nós avaliamos outra  
1130 licença ambiental para aquela ampliação. Mas isso é quando houver, se houver.  
1131 Tem aqui um mapinha do direito minerário, que fala de toda a mina de Brucutu, e  
1132 logo depois o seu mapinha falando da ADA. Quando o seu mapinha fala da ADA,  
1133 ele já fala exatamente que a ADA de areia – está na página 10, Julio, do seu  
1134 parecer de vista – é só o amarelinho. E quando comparamos o amarelinho com a  
1135 mancha municipal não tem dúvida de que está num município só. Em relação ao  
1136 item 1, que vai se misturar depois com outros itens, eu acho que é isso. Em  
1137 relação ao item 2, que é o escoamento, a Isabel já até respondeu. O que acontece  
1138 em relação ao escoamento? Não cabem no processo de licenciamento de  
1139 aproveitamento de uma determinada substância como coproduto a avaliação e o  
1140 relicenciamento das atividades que já são licenciadas. Primeiro que não vamos  
1141 licenciar a 381. Segundo já existe normativo próprio do Contran, Resolução  
1142 Contran, para cada tipo de granel que é carregado na rodovia. Tem uma  
1143 normativa própria, que eu não sei se é a Contran 18 ou uma coisa assim, que fala  
1144 como se carrega areia na rodovia. Terceiro, a Isabel falou da 381, que é 1.4...”  
1145 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “É 1.8, uma viagem a cada 33min30.”  
1146 Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD: “Julio, eu vou discordar de novo de você: é 1.4  
1147 para a 381; e 5.1 para a serra, por exemplo. É uma viagem a cada 12 minutos.  
1148 Então nós temos a avaliação do escoamento não só na 381, mas nas estradas  
1149 todas. Nós solicitamos à Vale para vermos se haveria o incremento. Está como  
1150 uma condicionante. É verdade que está como uma condicionante, porque nós não  
1151 queremos perder o tempo da análise desse processo. Mas conhecedores que  
1152 éramos de que o licenciamento da 381 é indevido nesse processo. Por óbvio, a  
1153 381 já é licenciada para o transporte de cargas, inclusive. Mas nós verificamos o  
1154 incremento. Eu tenho aqui as respostas acerca disso. De toda maneira, eu  
1155 garanto para você que o maior é 5 e o menor é 1.4. E tem uma variaçõzinha

1156 entre uma coisa e outra. Mas não é o incremento que preocupa nem para os  
1157 impactos ambientais, porque já são controlados pela Resolução Contran, nem  
1158 para os impactos sociais, porque o volume é tão baixo que não cabe uma  
1159 preocupação dessa natureza. De tão baixo que é esse volume. Mas está lá. Uma  
1160 vez que tem isso, que já teve essa informação, está lá uma condicionante, que  
1161 vai ser acompanhada no processo de licenciamento. Em relação a ferrovia, nós  
1162 também nos preocupamos com isso, eu também pedi à Vale para saber como  
1163 seria o controle, como se dá o controle. Tem uma Licença de Operação válida  
1164 junto ao Ibama, que foi renovada. Tem o programa de controle de emissão de  
1165 efluentes atmosféricos, em que essa previsão de controle já está determinada e  
1166 aprovada. Então por óbvio também não vamos fazer nenhuma ingerência sobre  
1167 uma licença ambiental dada por um órgão federal, que nem é de competência do  
1168 executivo mineiro fazer isso. Você esteve à frente do Ibama por dois anos e sabe  
1169 bem como é a equipe de licenciamento em Brasília é competente e prima pela  
1170 qualidade da sua análise. Eles já avaliaram, já consideraram adequada a medida  
1171 de controle por aspersão. Nós temos um relatório técnico a respeito desse  
1172 controle. Claro, vai ser anexado ao processo do SLA para registro, mas quem faz  
1173 o controle dessa emissão já é o Ibama, não vamos entrar na competência do  
1174 Ibama. Eu não vou discutir a aplicação do artigo 1º da 01/86, se tem ou se não  
1175 tem. Eu acho que não é o caso aqui. Área Diretamente Afetada, nós acabamos  
1176 de falar que é o item 3 do parecer do Movimento pelas Serras e Águas. Qual é a  
1177 confusão, Julio? Hoje ainda temos uma necessidade de vinculação de processo  
1178 do SLA com processo do Siam. Essa vinculação vai acabar no tempo que o Siam  
1179 vai acabar, com o tempo. Quando acabarmos com o passivo de licenciamento  
1180 ambiental não haverá mais vinculação. Hoje ainda temos que vincular. Vinculou,  
1181 ele é maior do que a mesma área, então por isso foi anexado. Não se confunde a  
1182 ADA de minério de ferro com a ADA de areia. Isso está claro lá. Tem um erro  
1183 material, temos que agradecer: escrevemos LP com LI, mas é LO com LO mesmo.  
1184 Mas é só erro material, acho que não invalida a análise de maneira alguma.  
1185 Tratamos já da ADA, tratamos de substância mineral, tratamos de geração de  
1186 emprego. Infelizmente, o item 'geração de emprego' veio cortado aqui no seu  
1187 parecer, mas logo abaixo tem explicação de que, como se trata de coproduto, já  
1188 é uma substância trabalhada na produção, vão ser aproveitados os mesmos  
1189 trabalhadores. A Isabel também já deu aqui o volume de trabalhadores que é  
1190 envolvido. É claro que não há criação de novos empregos, o pessoal aproveitado  
1191 será aquele que está lá. O que hoje em dia, nesse mundo de pandemia, em que  
1192 está todo mundo mandando embora, já é mais fácil. Mas não entramos nesse  
1193 mérito, é só o mérito da informação. Já existem funcionários que são dedicados  
1194 à produção, e o que vai acontecer é que em vez de esse produto ir para uma  
1195 barragem ele vai para um caminhão e para um trem, vários caminhões e vários  
1196 trens. São composições com 60 vagões, isso está tudo descrito. Destinação da  
1197 produção, não avaliamos o destino da produção em nenhum processo. É  
1198 absolutamente indevido, vai me desculpar, o que queremos é que tenha

1199 destinação, que em vez de ir para barragem esse coproduto, essa areia, seja  
1200 destinado de alguma forma para uso econômico, em vez de virar rejeito, em vez  
1201 de virar resíduo. Em 18 de dezembro de 2018, você mesmo disse: 'Isso não pode  
1202 ficar em cima da cabeça das pessoas.' Uma das últimas reuniões suas como  
1203 representante do Ibama, no processo de Córrego do Feijão. Você falou  
1204 exatamente isso. E é exatamente isso, o que nós queremos é que não fique em  
1205 cima da cabeça de ninguém, não fique em barragem nenhuma. Se tem mercado  
1206 em Brasília ou se tem mercado no Espírito Santo ou se tem mercado em Belo  
1207 Horizonte e Contagem, nós achamos sensacional, mas isso é um risco do negócio  
1208 do próprio empreendedor. Uma vez que ele consegue aproveitar isso, achar o  
1209 comprador é do negócio, é da economia e do negócio do empreendedor. E aí  
1210 realmente não vamos avaliar isso em nenhum processo. Não avaliamos isso  
1211 nesse processo nem no de mineração de Fazendão nem no britagem de  
1212 calcinados, de calcário. Em nenhum avaliamos isso, porque não faz parte do  
1213 processo. E aí, Julio, desculpa, eu não vou tecer absolutamente nenhuma  
1214 referência quanto ao que você trouxe aqui para discutir se a Vale é ou não é uma  
1215 mineradora chinesa. Desculpa, eu não tenho nada a ver com isso. A Vale pode  
1216 ser chinesa, pode ser coreana, pode ser norueguesa, não cabe avaliarmos aqui  
1217 qualquer composição acionária de empresa nenhuma, não ficamos avaliando isso  
1218 aqui, não somos Cade. É o Cade que faz isso, essa regulação é o Cade que vai  
1219 fazer, não é a CMI. Em relação à participação da ANM, PAE aprovado ou não  
1220 aprovado, eu já falei, nós não temos nada a ver com isso. A ANM está aqui, é a  
1221 ANM que controla isso, é competência exclusiva da ANM. Dada a licença  
1222 ambiental, se a ANM vai dar outorga do direito minerário, é um problema da ANM,  
1223 nós não podemos entrar nesse mérito. Nós não podemos mesmo, a Constituição  
1224 veda, ela fala que é cada ente federado no seu quadrado, a União tem suas  
1225 competências, o Estado, as suas, e os municípios, as suas. E nós não podemos  
1226 usurpar competência da União de jeito nenhum. A Avaliação Ambiental Integrada,  
1227 Julio, eu até achei estranho aqui porque, primeiro que nós já discutimos. Eu acho  
1228 que não rende. Eu sei da sua visão, e não rende. Mas trouxe também uma  
1229 discussão sobre significativo impacto ambiental e EIA/Rima num processo em que  
1230 é o contrário, ele tem um significativo impacto positivo. Tudo que nós não  
1231 queremos é parar um processo desse por um ano para elaboração de um Estudo  
1232 de Impacto Ambiental que já foi apresentado para o mesmo complexo minerário.  
1233 Então nesse caso eu acho que é descabida a discussão, na minha opinião. Eu sei  
1234 que a sua opinião é diferente, mas na minha opinião é descabida a discussão  
1235 nesse caso. Só para terminar, em relação às auditorias, o Gabinete da SEMAD já  
1236 fez apresentação em relação a isso, tanto do relatório do TCE quanto das  
1237 auditorias que foram feitas, já demonstrando muito claramente que todos os  
1238 problemas observados em 2016 já foram adequadamente tratados. Alguns vão  
1239 levar mais tempo para resolver, outros, menos. Mas já foram, já tem acórdão do  
1240 TCE dizendo que está tudo, que tanto a SEMAD quanto a Sede, que foram objeto  
1241 de auditoria do TCE, já estão no caminho de resolver todos os problemas. E nós

1242 já falamos isso aqui, da legislação, da capacitação. Então eu acho melhor não  
1243 render isso. Em relação à responsabilidade das equipes técnicas, nós vamos falar  
1244 sempre, em todos os pareceres nosso, a legislação federal, a DN 237, diz que  
1245 são responsáveis técnicos pelas informações aqueles que fazem anotação de  
1246 responsabilidade técnica em nome do empreendedor, que as equipes de analistas  
1247 fazem uma avaliação e emitem um parecer, mas não apresentam informação, não  
1248 criam informação. Você já criticou isso aqui hoje, então é exatamente isso, mas é  
1249 uma norma federal, do Conama, que a Lei 6.938 trouxe como órgão legislativo.  
1250 Então eu também não posso fugir. Nós não temos responsabilidade técnica sobre  
1251 essas informações, não se mistura. Agora que respondemos tudo, a única coisa  
1252 que eu posso falar é que quero muito ver você primando pela forma como  
1253 começou o seu parecer, a coisa que eu mais quero ver hoje é você votar a favor  
1254 de uma coisa dessa tão positiva, Julio. Senhor presidente, muito obrigado. Eu  
1255 acho que passei por todos os pontos. Se por acaso ficar alguma dúvida técnica,  
1256 porque foi a Michele que fez a análise técnica, e a Daniela, a análise jurídica, elas  
1257 podem, aprofundadamente, tratar desses pontos.” Conselheiro Julio Cesar Dutra  
1258 Grillo: “Eu vou dividir a minha resposta em duas partes. A primeira, sobre os meus  
1259 pareceres de vista, que talvez isso não tenha sido completamente compreendido.  
1260 Os meus pareceres de vista eu estou colocando em três partes diferentes: uma  
1261 primeira é a avaliação minha; uma segunda é a avaliação de todas as ONGs que  
1262 quiserem se manifestar. Por exemplo, no caso da MGB, eu já recebi cinco ou seis  
1263 solicitações para poder fazer a manifestação conjunta comigo. Eu tenho  
1264 compromisso e mantenho de não alterar nem uma conjugação verbal do parecer  
1265 que eu recebo, nem uma vírgula. Eu não altero. Recebo o texto das ONGs e o  
1266 coloco integralmente. Isso não quer dizer que vou concordar com tudo. Esse é um  
1267 caso. Nesse caso, é o seguinte. O meu único receio que tinha ficado mesmo era  
1268 sobre o volume de trânsito que iria impactar na 381, que sabemos que é  
1269 problemática. Eu trabalhei durante uns 4 anos indo uma vez por semana a  
1270 Monlevade. Naquela época, já era terrível. Agora eu tentei fazer, recentemente,  
1271 uma viagem ao Sul da Bahia, e nossa mãe, aquilo ali dá 4 horas de viagem de  
1272 Belo Horizonte a Monlevade. E você vai jogar mais caminhão? Mas aí é aquela  
1273 história, o impacto aí está relativamente pequeno. E se nós formos analisar a  
1274 sustentabilidade do empreendimento como um todo essa análise de  
1275 sustentabilidade deste empreendimento específico é positiva do ponto de vista da  
1276 economia pública, do ponto de vista da sociedade, principalmente para médio e  
1277 longo prazo, porque continuarão a ter uma fonte de renda a partir da exploração  
1278 desse material, e é positiva do ponto de vista ambiental, diminuindo essas  
1279 barragens e essas pilhas. Quer dizer, esse é um empreendimento para mim 100%  
1280 sustentável, mesmo que eu jogue contra ele onde devo jogar o impacto sobre a  
1281 rodovia e a transferência de recursos da economia pública para o empresariado,  
1282 ao utilizar a rodovia. Mas neste caso, você pode ter certeza, eu sou favorável a  
1283 esse tipo de empreendimento, você ainda vai me ver aqui brigando muitas vezes  
1284 para que empreendimentos similares a este sejam implantados em outras

1285 minerações, próximas barragens, próximas pilhas. Pode ficar tranquilo disso.  
1286 Agora eu sempre vou colocar no meu parecer de vista a íntegra do que a  
1287 sociedade civil me enviar.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima:  
1288 “Eu não iria me manifestar, mas vou em função dos esclarecimentos da Suppri,  
1289 através do Rodrigo Ribas, como sempre, exemplares e expressivos, que nos  
1290 levam também a rever e pronunciar sobre o tema para o qual pedimos vista.  
1291 Esclarecemos que tivemos a oportunidade de ler com cuidado o relato de vista da  
1292 ProMutuca. E deixo aqui minhas singelas dúvidas. O nosso caríssimo conselheiro  
1293 Julio Grillo elogiou, em diversas oportunidades, o processo inovador que a Vale  
1294 está adotando em relação ao aproveitamento de resíduos rejeitados, que muitas  
1295 vezes eram endereçadas a barragens e pilhas para produção de um insumo ou  
1296 matéria-prima básica para a construção civil e que atende a toda a sociedade. É  
1297 um minério, é matéria-prima para que qualquer um possa fazer a sua casa, possa  
1298 fazer a sua casinha ou o que for. Vejo nessa situação ampla avaliação por entes  
1299 governamentais, como o Indi, como a Sede, como a Secretaria da Fazenda, como  
1300 a Secretaria de Governo. Porque eles, colegiadamente, abrem o processo e se  
1301 dedicam ao processo. A Suppri é responsável hoje para atendimento a projetos  
1302 que são considerados também prioritários para o governo. E o esclarecimento de  
1303 Rodrigo Ribas nos leva isso, passa, sim, por uma avaliação de um  
1304 empreendimento que seja bom para o Estado, que seja bom para o  
1305 desenvolvimento nosso, para nós não ficarmos na rabeira de muitos Estados  
1306 brasileiros em termos de racionalização, em termos de desenvolvimento  
1307 econômico. Então eu vejo essa importância também do que o Rodrigo coloca  
1308 aqui. Quando o Indi... Eu fui presidente dessa organização durante um bom  
1309 tempo. O que o Indi analisa em função de um empreendimento é para promover  
1310 o desenvolvimento do Estado, para promover a melhoria da qualidade de vida do  
1311 nosso povo. Portanto, eu novamente quero dar os meus parabéns ao Dr. Julio  
1312 Grillo, mas por outro lado, em sequência, quero deixar o meu pesar para um relato  
1313 bastante extemporâneo sobre aspectos que nada têm a ver com o projeto em  
1314 foco.” Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: “Eu queria trazer algumas  
1315 informações aqui para poder contribuir com o conhecimento, alguma transferência  
1316 de aprendizado. Se vocês não sabem, eu sou fiscal das barragens, da ANM, sou  
1317 sempre o 1 ou o 2 ou o terceiro. A equipe aumenta, diminui. Eu estou sempre  
1318 nesse meio. E há muito tempo eu ando em cima dessas barragens, e o que me  
1319 impressiona é a quantidade de areia. Eu sou engenheiro civil, já trabalhei em  
1320 laboratório de areia e tentava aproveitar escória, fazer todos os ensaios para ver  
1321 se a escória se adaptava à areia. Eu tenho umas coisas para falar que são  
1322 interessantes. Eu fiscalizei areeiros aqui em Minas Gerais direto aqui na região  
1323 de Pedro Leopoldo, na região dessa cidade que tem ao lado de Contagem. A areia  
1324 de Belo Horizonte vem desse entorno, a distância de transporte é suficiente. Então  
1325 eu estou aqui olhando da minha janela e vejo o bairro Castelo, que tem uma  
1326 infinidade de prédios, e tudo aqui é areia, de tudo que vejo aqui que está sendo  
1327 construído 80%, 70%, a matéria-prima é areia, e a nossa civilização é feita na

1328 areia. São Paulo é uma cidade gigantesca, umas quatro Belo Horizonte ou mais,  
1329 e também foi toda construída de areia. Ferro é o mínimo. Cimento, areia. O que  
1330 acontece? Em São Paulo acabou a areia de aluvião, é muito raro se encontrar  
1331 areia de aluvião. Todo mundo já lavrou, já tirou dos rios, e eles começaram a  
1332 minerar areia. Eu fui a várias minerações de areia pela ANM – DNPM,  
1333 antigamente – para conhecer os processos deles lá, inclusive de barragem de  
1334 areia, barragem que separa a fração areia do solo e deposita a lama na barragem.  
1335 Aí você já começa a entender que eles começaram a minerar areia, a mineração  
1336 de areia. Igual fazemos com ferro, eles começaram a minerar areia, tal é a  
1337 demanda de São Paulo. E começaram a pegar areia do Sul de Minas, de aluvião  
1338 do Sul de Minas. É também importante essa questão da 381, eu acho fantástica  
1339 a sua preocupação, mas vamos nos preocupar também com as estradas que tem  
1340 aqui em Contagem, essa coisa toda, que vão ser descarregadas. Outra coisa que  
1341 é interessante, eu ficava andando em cima da barragem de Germano, em todas  
1342 aquelas barragens, depois dos acidentes. ‘Gente, por que não se usa essa areia?’  
1343 Aí tem várias desculpas, ‘tem todo um mercado, tem toda uma cadeia produtiva  
1344 estabelecida, a distância...’ Se tenho ferrovia, por que não carrego vagão de  
1345 areia? Esse projeto, eu queria parabenizar a Isabel e esse pessoal todo e o Ribas.  
1346 É a mesma coisa do Uber, uma coisa que existia, está aí, e ninguém via. Aí um  
1347 cara veio e falou ‘não é possível, vamos fazer isso aqui’. Eu acho que a tendência  
1348 é essa e que precisamos adaptar a nossa sociedade a esse tipo de consumo. Eu  
1349 ficava imaginando assim: a 381 está quase aqui perto da barragem de Germano,  
1350 eu podia fazer o concreto dela todo com a areia de Germano e ainda não  
1351 conseguir comer todo aquele concreto lá. Eu ficava assim: ‘Gente, temos que  
1352 fazer esse tipo de coisa.’ E eu acho que esse é um novo caminho, para se adaptar  
1353 a esse tipo de coisa e conseguir exportar areia. Se Deus quiser, nós vamos  
1354 conseguir fazer isso, exportar areia. Chinês compra tudo, daqui a pouco eles vão  
1355 querer comprar nossos navios de areia e levar para eles. Então vamos fazer esse  
1356 tipo de coisa, espero que isso aconteça. A minha preocupação não é de agora,  
1357 ela vai surgir daqui para frente. Como vamos nos adaptar a esse novo modo de  
1358 tirar as areias e colocar uma areia mais competitiva no mercado? Como vai ser?  
1359 A minha preocupação era como ela pode ser aproveitada com esses ensaios que  
1360 são feitos. Acredito que a Vale fez esse tipo de ensaio, e deve ser aproveitada  
1361 para as funções na construção civil. E eu espero ver os vagões levando areia  
1362 dessas barragens, distribuindo para todo o país, para todo o Estado. Nós temos  
1363 que conviver com esse tipo, é uma adaptação nossa. Eu não gosto de falar essa  
1364 palavra ‘Uber’, vou falar ‘99’, que nasceu aqui: é uma ‘noventaenovezação’ da  
1365 areia. Vamos ver o que está acontecendo. Parabenizar todo mundo, a Isabel, essa  
1366 turma que partiu para cima disso e teve coragem. Porque tem os entraves,  
1367 entraves de pessoas que querem atrapalhar a coisa. E eu desejo sucesso.  
1368 Inclusive, outro dia, eu fui fiscalizar a Minerita e na volta peguei uma caixa de areia  
1369 e trouxe para casa para fazer um experimento, uma argamassa, para ver o que  
1370 acontece, para ver se a areia é boa mesmo.” Conselheira Maria Eugênia Monteiro:



1371 “Eu não poderia deixar de parabenizar a Vale e o próprio trabalho da SEMAD. E  
1372 queria fazer uma observação em relação a isso que o Luiz colocou. Certamente  
1373 que sabemos do valor da areia na construção civil, mas o que me chamou atenção  
1374 nesse processo, além da utilização da areia para esse fim, foi a perspectiva, o  
1375 leque de possibilidades de diferentes usos da areia, diferentes produtos. Granito  
1376 artificial, geração de propantes, que são produtos de valor agregado  
1377 inquestionável. Então sai do lugar comum. Que pensamos sempre ‘vamos utilizar  
1378 areia na construção civil’. Certamente porque há sempre essa demanda, esses  
1379 gargalos de mercado. Mas eu queria só chamar atenção para isso, que eu tive  
1380 oportunidade de assistir à apresentação da Vale e achei muito interessante essa  
1381 diversidade. Até anotei aqui, aglomerantes, e as próprias rochas artificiais em  
1382 geral. Então era só pontuar isso e que realmente sirva de exemplo para outras  
1383 empresas que tenham produção de rejeitos poderem transformar esse passivo  
1384 em produtos de maior qualidade.” Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD: “Eu achei aqui  
1385 a informação, para o Julio Grillo ficar à vontade. ‘Incremento do tráfego rodoviário.  
1386 Serra, 5.1. Nós estamos falando de carretas/hora. Serra, 5.1. Contagem, 4.8.  
1387 Brasília, 3.7. São Gonçalo do Rio Abaixo, 1.4. São esses os volumes. No máximo,  
1388 se todas saírem ao mesmo tempo, 15 carretas/hora. Julio, eu entendi em relação  
1389 ao seu parecer de vista, mas é só porque na última página a assinatura é sua. Eu  
1390 sei que a manifestação não é sua, mas a assinatura é sua, eu só posso tratar  
1391 como seu parecer mesmo.” Conselheiro José Angelo Paganini: “Eu queria  
1392 modificar uma condicionante e inserir uma. Seria ‘apresentar informações quanto  
1393 ao escoamento do coproduto com a indicação das rotas, incremento do tráfego  
1394 rodoviário e as medidas mitigadoras relacionadas ao impacto gerado.’ Eu queria  
1395 modificar essa condicionante.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Tanto  
1396 a alteração quanto a exclusão eu vou colocar em votação apartada. Nós vamos  
1397 votar primeiro o processo. Conforme previsão do Regimento Interno, primeiro se  
1398 vota o processo e depois a alteração e inclusão de condicionantes. Eu vou colocar  
1399 em votação sem a condicionante nº 1, que está sendo proposta alteração pelo  
1400 conselheiro José Angelo, que vamos discutir posteriormente. Em votação o item  
1401 6.1, Vale S/A, coprodutos areia, PA 3245/2020, sem a condicionante nº 1.” Votos  
1402 favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg,  
1403 Relictos, ProMutuca, SME e Abes. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
1404 “Então 12 votos favoráveis, processo deferido. Vamos discutir agora a  
1405 condicionante 1. Eu peço à Secretaria que coloque no quadro para manifestação  
1406 do José Angelo.” Conselheiro José Angelo Paganini: “A condicionante pede  
1407 algumas informações e foca muito o trânsito rodoviário. A gente queria inserir no  
1408 final da condicionante, depois de ‘impacto gerado’: ‘pelo tráfego rodoviário’.  
1409 Porque o transporte ferroviário também causa bastante pó e incomoda bastante.  
1410 Nesse trajeto todo da linha férrea, a Vale já falou que vão usar polímero etc. Mas  
1411 se vai fazer um controle de medidas mitigadoras, de impactos, é bom que se  
1412 analise também esse impacto que vai ser produzido pelo transporte ferroviário.  
1413 Geralmente é com polímero, mas não funciona muito bem, haja vista quem mora

1414 na beirada das ferrovias. Seria essa modificação.” Presidente Yuri Rafael de  
1415 Oliveira Trovão: “Eu queria manifestação do Rodrigo Ribas, da equipe da Suppri,  
1416 e também, caso queira, do empreendedor.” Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD: “Para  
1417 nós, acrescentar esse texto é indiferente, e o pedido do conselheiro já está  
1418 cumprido. Desde que o parecer se tornou público, o empreendedor trouxe ao  
1419 conhecimento da Suppri os impactos e as medidas de controle tanto do transporte  
1420 rodoviário quanto do transporte ferroviário, bem como da classificação dos  
1421 rejeitos. Enfim, todos esses pedidos já estão atendidos. Acrescentar é indiferente,  
1422 não traz nenhum ganho, porque já está no processo.” Presidente Yuri Rafael de  
1423 Oliveira Trovão: “O empreendedor quer se manifestar?” Isabel Roquete/Vale S/A:  
1424 “De acordo com a condicionante.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok,  
1425 então nós já temos ‘de acordo’ tanto da Suppri como do empreendedor. Qual é a  
1426 proposta de inclusão, Paganini?” Conselheiro José Angelo Paganini: “É relativa  
1427 ao controle de qualidade do coproduto. A Vale informou que isso vai ser feito como  
1428 para o produto. Então eu vou sugerir uma condicionante de encaminhar à Suppri  
1429 relatório relativo ao monitoramento da qualidade do coproduto gerado. Já que é  
1430 feito esse monitoramento, esse controle, semestralmente enviar um relatório.”  
1431 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Encaminhar, semestralmente, ao  
1432 órgão ambiental...” Conselheiro José Angelo Paganini: “Relatório relativo ao  
1433 monitoramento da qualidade e composição do coproduto gerado.” Rodrigo  
1434 Ribas/Suppri/SEMAD: “A Suppri não tem órgão de acompanhamento de  
1435 condicionante de Licença de Operação. Pedir para o Nucam. Está resolvido. Não  
1436 vejo impedimento nenhum, mas não vejo ganho em se fazer isso.” Isabel  
1437 Roquete/Vale S/A: “De acordo com a condicionante.” Presidente Yuri Rafael de  
1438 Oliveira Trovão: “Ok. Então havendo ‘de acordo’ com ambas, tanto a alteração da  
1439 condicionante 1 quanto a inclusão da 2 eu coloco em votação. Em votação a  
1440 alteração da 1 e a inclusão da 2, conforme já lido.” Votos favoráveis: Segov, Sede,  
1441 Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg, Relictos, ProMutuca, SME e  
1442 Abes. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então alterada a condicionante  
1443 1 e incluída a condicionante 2.” **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA**  
1444 **EXAME DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 7.1) Britacal -**  
1445 **Indústria e Comércio de Brita e Calcário Brasília Ltda. Pilhas de rejeito /**  
1446 **estéril. Unai/MG. PA 15846/2008/002/2019, ANM 830.921/1997 e 831.075/2002.**  
1447 **Classe 5. Apresentação: Supram Noroeste. Retorno de vista: ProMutuca e**  
1448 **SME.** Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Aparentemente, o empreendimento  
1449 não apresenta problemas, e as ONGs de defesa do meio ambiente não se  
1450 manifestaram. Eu voto pelo deferimento.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini  
1451 Nunes de Lima: “O parecer nosso é um parecer completamente favorável, um  
1452 parecer que atende a importância da Noroeste Mineiro, inclusive contribui muito  
1453 para o desenvolvimento da área de correção de solos. Então o nosso parecer é  
1454 favorável, e apoiamos o deferimento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
1455 “Não havendo destaque pela Supram Noroeste nem pelos inscritos nem pelo  
1456 Conselho, eu vou colocar em votação. Item 7.1, Britacal - Indústria e Comércio de

1457 Brita e Calcário Brasília Ltda., PA 15846/2008/002/2019. Em votação.” Votos  
1458 favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg,  
1459 Relictos, ProMutuca, SME e Abes. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
1460 “Então processo deferido por 12 votos favoráveis.” **8) PROCESSO**  
1461 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE EXCLUSÃO DE CONDICIONANTE DE**  
1462 **LICENÇA DE OPERAÇÃO. 8.1) LafargeHolcim Brasil S/A. Lavra a céu aberto**  
1463 **ou subterrânea em áreas cársticas com ou sem tratamento. Montes**  
1464 **Claros/MG. PA 00056/1989/025/2003, ANM 831.062/1986. Condicionante nº**  
1465 **13. Classe 6. Apresentação: Supram Norte de Minas. Retorno de vista:**  
1466 **ProMutuca e Fiemg. Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:** “Novamente,  
1467 aparentemente, o empreendimento não apresenta problemas, e as ONGs de  
1468 defesa do meio ambiente não se manifestaram. Voto pelo deferimento.”  
1469 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Trata-se de um processo de exclusão  
1470 de condicionante da LO da empresa LafargeHolcim, e nós analisamos o processo  
1471 e somos favoráveis ao pedido do empreendedor pela exclusão da condicionante  
1472 nº13 da LO, nos termos do Parecer Único e do Adendo da Supram Norte de  
1473 Minas.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sem destaque. Então eu já  
1474 vou colocar em votação, lembrando que a nossa votação é sempre de acordo com  
1475 o parecer que foi emitido pela Supram, que é pelo deferimento do pedido. Em  
1476 votação, item 8.1, LafargeHolcim Brasil S/A, PA 00056/1989/025/2003. Em  
1477 votação.” Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM,  
1478 Sindiextra, Fiemg, Relictos, ProMutuca, SME e Abes. Presidente Yuri Rafael de  
1479 Oliveira Trovão: “Então, por 12 votos favoráveis, deferido o pedido de exclusão  
1480 de condicionante, conforme o parecer da Supram Norte de Minas. **9) PROCESSO**  
1481 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA.**  
1482 **9.1) Gerdau Açominas S/A. Posto GNV. Mina Várzea do Lopes. Postos**  
1483 **revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas**  
1484 **retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de**  
1485 **combustíveis de aviação. Itabirito/MG. PA 3743/2020. Classe 4 (conforme Lei**  
1486 **nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação: Suppri. Processo**  
1487 **retirado de pauta com pedido de vista da ProMutuca e vista conjunta de SME,**  
1488 **Sindiextra e Fiemg. Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:** “Pedido de vista para  
1489 todos os processos. Eu tenho compromisso com as organizações não  
1490 governamentais de defesa do meio ambiente de pedir vista em todos os  
1491 processos para que elas tenham tempo de analisar se alguma informação está  
1492 sendo obtida, distorcida ou se tem algum problema na estruturação do processo.  
1493 Então eu mantenho o compromisso que tenho com as ONGs e vou pedir sempre  
1494 vista em qualquer que seja o processo.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes  
1495 de Lima: “Nesse caso, eu acho interessante o seguinte. Parece-me que o nosso  
1496 querido Julio não deve ter analisado o Parecer Único. Porque o Parecer Único é  
1497 a respeito de uma introdução de um posto de gasolina para implantação de gás  
1498 natural, ou seja, colaborando com a questão ambiental da mineração. Eu penso  
1499 vista para exatamente defender isso que a Gerdau está fazendo. Desculpa, Julio,

1500 isso é uma coisa que não dá para entender, pedir vista para um caso desse. Mas  
1501 a vista é correta, você tem todo o direito. Eu vou pedir vista para exatamente  
1502 compactuar com a qualidade dos trabalhos de inovação que estão sendo  
1503 processados dentro de uma mineração.” Conselheira Denise Bernardes Couto:  
1504 “Pedir vista conjunta nesse processo da Gerda, item 9.1, pegando o gancho não  
1505 só no que o Orsini manifestou, mas também por se tratar de questão de inovação.  
1506 Então para poder fazer uma análise desse ponto.” Conselheiro Thiago Rodrigues  
1507 Cavalcanti: “Vista conjunta dos itens 9.1 e 13.1, para avaliação das  
1508 condicionantes colocadas nos dois processos.” **10) PROCESSO**  
1509 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA. 10.1) Mineração**  
1510 **Geral do Brasil S/A. Lavra a céu aberto. Minério de ferro. Unidade de**  
1511 **tratamento de minerais (UTM), com tratamento a seco; estrada para**  
1512 **transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos**  
1513 **minerários; disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da**  
1514 **mineração; reaproveitamento de bens minerais dispostos em barragem;**  
1515 **implantação ou duplicação de rodovias ou contornos rodoviários; postos**  
1516 **revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas**  
1517 **retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de**  
1518 **combustíveis de aviação. Brumadinho/MG. PA 08328/2016/001/2016, ANM**  
1519 **001.063/1958. Classe 5. Apresentação: Supram Central Metropolitana.**  
1520 Processo retirado de pauta com pedido de vista da ProMutuca e vista conjunta  
1521 solicitada pela SME. Justificativas. Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de  
1522 Lima: “Eu gostaria de pedir vista neste processo. Na verdade, o Parecer Único é  
1523 pelo indeferimento, mas realmente existem aspectos importantes a serem  
1524 considerados, inclusive aqueles já pontuados pela Dra. Maria Clara e os que  
1525 residem na região de Casa Branca. Então ele tem como objetivo um  
1526 esclarecimento melhor dessa situação do próprio indeferimento.” A justificativa da  
1527 ProMutuca foi registrada no item 9.1, durante pedido de vista de todos os  
1528 processos. **11) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA**  
1529 **PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO E LICENÇA DE**  
1530 **OPERAÇÃO. 11.1) JLC Mineração Ltda. Pesquisa mineral com ou sem**  
1531 **emprego de guia de utilização, com supressão de vegetação secundária**  
1532 **nativa pertencente ao bioma Mata Atlântica em estágios médio e avançado**  
1533 **de regeneração, exceto árvores isoladas; pilhas de rejeito/estéril. Barão de**  
1534 **Cocais/MG. PA 14303/2019/001/2019, ANM 830.981/2014. Classe 4 (conforme**  
1535 **Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação: Supram**  
1536 **Leste Mineiro.** Processo retirado de pauta com pedido de vista da ProMutuca,  
1537 conforme justificativa registrada no item 9.1, durante pedido de vista de todos os  
1538 processos. **12) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA**  
1539 **PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO E LICENÇA DE**  
1540 **OPERAÇÃO / AMPLIAÇÃO. 12.1) Areial Nossa Senhora Aparecida Eireli.**  
1541 **Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil.**  
1542 **Paraguaçu/MG. PA/SLA 1608/2020, ANM: 830.946/1991. Classe 4 (conforme**

1543 **Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação: Supram Sul**  
1544 **de Minas.** Processo retirado de pauta com pedido de vista da ProMutuca,  
1545 conforme justificativa registrada no item 9.1, durante pedido de vista de todos os  
1546 processos. **13) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**  
1547 **EXCLUSÃO/ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTES DE LICENÇA PRÉVIA**  
1548 **CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO. 13.1) Ical - Indústria de**  
1549 **Calcinação Ltda. Lavra a céu aberto ou subterrânea em áreas cársticas com**  
1550 **ou sem tratamento, pilhas de rejeito/estéril e estradas para transporte de**  
1551 **minério/estéril. Pains/MG. PA 00038/1986/013/2012, ANM: 830.303/1988.**  
1552 **Classe: 6. Apresentação: Supram Alto São Francisco.** Processo retirado de  
1553 pauta com pedido de vista da ProMutuca e vista conjunta de SME. Justificativas.  
1554 Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu gostaria de pedir vista em  
1555 função de aspectos relacionados com o cumprimento de condicionantes.” A  
1556 justificativa da ProMutuca foi registrada no item 9.1, durante pedido de vista de  
1557 todos os processos. **14) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a  
1558 serem tratados, o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão agradeceu a presença  
1559 de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

### APROVAÇÃO DA ATA

---

1561  
1562  
1563  
1564 **Yuri Rafael de Oliveira Trovão**  
1565 **Presidente da Câmara de Atividades Minerárias**